



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PROPAGANDA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE AUGUSTO
(SÉCULOS I a.C. – I d.C.).

LITIANE GUIMARÃES MOSCA

LONDRINA
2011

LITIANE GUIMARÃES MOSCA

PROPAGANDA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE AUGUSTO
(SÉCULOS I A.C. – I D.C.).

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentada ao curso de História - da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito à obtenção do título de graduada
em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. JULIO CESAR MAGALHÃES DE OLIVEIRA

LONDRINA
2011

LITIANE GUIMARÃES MOSCA

PROPAGANDA POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE AUGUSTO
(SÉCULOS I a.C. – I d.C.).

NOTAS DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA

Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (orientador)

Universidade Estadual de Londrina

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof^a. Dra. Mônica Selvatici (Componente da Banca)

Universidade Estadual de Londrina

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. Márcio Santos De Santana (Componente da Banca)

Universidade Estadual de Londrina

Julgamento _____

Assinatura _____

Londrina, Novembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha pequena filha Isabela e ao meu esposo Marcos que tantas vezes foram usurpados da minha presença, mas não do meu amor e sempre torceram pela concretização deste meu sonho.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram e me deram força e coragem para continuar lutando, mesmo com muitas dificuldades, a conquistar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado força e oportunidade de concluir mais essa etapa da minha vida.

Agradeço ao Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira por sua orientação, incentivo, apoio, paciência e dedicação, possibilitando a realização desta pesquisa.

Agradeço aos Professores Mônica Selvatici e Márcio dos Santos Santana por terem gentilmente aceitado ler e avaliar este trabalho.

Ao meu esposo Marcos, que compartilhou comigo momentos muito difíceis no decorrer da elaboração deste trabalho, mas que sempre teve palavras fortalecedoras para me encorajar a jamais desistir e sempre teve a compreensão nas minhas ausências.

Aos meus pais, Sandra e Guimarães, que sempre me encheram de amor e carinho, e que com suas palavras me proporcionaram coragem e persistência.

Agradeço à minha tia Rosimara que sempre acreditou em mim e me deu muita força e incentivo, principalmente nas horas de desânimo e cansaço.

Agradeço à minhas amigas Pamela, Helen, Vera, Alessandra, Keila, Dayane e Talyta, pelo companheirismo nesses anos de faculdade que fizemos juntas.

Enfim, agradeço a todos os amigos e familiares que sempre acreditaram no meu esforço em me graduar em História e que torceram sinceramente por mim

MOSCA, L. G. 2011. Propaganda política e a construção da imagem de Augusto (séculos I a.C. – I d.C.). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). História. Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, 2011, 56 p.

RESUMO

Este trabalho pretende entender como a imagem pública de Augusto, primeiro imperador de Roma, foi construída e representada na narrativa de sua vida e na iconografia de sua época. Considerando essa imagem como a representação coletiva do mesmo na mente do público, o trabalho visa analisar alguns recursos de propagação da época, em especial, as Res Gestae Diui Augusti e uma série monetária constituída de cinco exemplares de diferentes momentos do governo de Otávio Augusto. Partindo do conceito de propaganda política, o que pretendemos com esta pesquisa é fazer uma reflexão sobre os elementos utilizados por Otávio Augusto para construir uma boa imagem política e legitimar seu governo. Primeiramente, procuramos apresentar os debates atuais sobre a dissolução do sistema republicano e a instauração do principado, afim de melhor contextualizar as condições da ascensão política de Otávio e seu governo em Roma. Em um segundo momento, realizamos uma análise das Res Gestae de Augusto. A partir desse documento, buscamos apreender alguns dos elementos que o imperador utilizou no corpo do texto a fim de construir uma boa imagem de si e de seu governo e também demonstrar como se é possível pensar este documento como um recurso de propaganda política. Por fim, analisamos um conjunto de moedas de sua época a partir da concepção de propaganda, demonstrando quais eram as temáticas de que o governante se valeu a fim de propagar e legitimar seu projeto político.

PALAVRAS - CHAVE: Otávio Augusto, imagem, propaganda política, Res Gestae, moedas antigas.

MOSCA, L. G. 2011. Political advertising and image building of Augustus (first century BC - AD). Working End of Course (TCC). History. State University of Londrina, UEL, Londrina, 2011, p. 56.

ABSTRACT

This work intend to understand how the public Augustus' image, first emperor of Rome, was constructed and represented in the narrative of his life and iconography of his time. Considering this image as the collective representation of him self in the public mind, the work aims to analyze some features of propagation in that time, in icular, the Res Gestae Diui Augusti and a monetary series consisting of five copies of different moments of the government of Octavian Augustus. Based on the concept of political propaganda, which we intend to do with this research is a reflection on the elements used by Octavius Augustus to build a good image and legitimize their political government. First, of all we look for show the current debates on the dissolution of the republican system and the establishment of the Principality in order to better contextualize the conditions of the political rise of Octavian and his government in Rome. In a second step, we conducted an analysis of the Res Gestae of Augustus. From this document, we seek to grasp some of the elements that the emperor used in the text in order to build a good image of himself and of his government and also demonstrate how it is possible to consider this document as a feature of political propaganda. Finally, we analyze a set of coins from that time designing advertising, showing what were the issues that drew the ruler in order to propagate and legitimize their political project.

KEYWORDS: Octavian Augustus, image, political propaganda, Res Gestae, ancient coins.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A ASCENSÃO E O GOVERNO DE OTÁVIO CÉSAR AUGUSTO EM ROMA (44 a.C. – 14 d.C.).....	13
1.1 A DISSOLUÇÃO DO SISTEMA REPUBLICANO: OBJETO DE DEBATES.....	13

1.2 A ASCENSÃO DE OTÁVIO AUGUSTO AO PODER EM ROMA.....	16
1.3 A POLÍTICA DO PRINCIPADO DE AUGUSTO.....	18
2. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E A PROPAGANDA IMPERIAL DE AUGUSTO NAS RES GESTAE.....	22
3. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E PROPAGANDA IMPERIAL DE AUGUSTO NAS SÉRIES MONETÁRIAS.....	33
3.1 A MOEDA COMO FONTE PARA OS ESTUDOS HISTÓRICOS.....	33
3.2 DA ORIGEM DA MOEDA ATÉ O SEU USO PELOS ROMANOS.....	34
3.3 ICONOGRAFIA MONETÁRIA E PROPAGANDA IMPERIAL.....	37
3.4 ALGUNS ASPECTOS DA PROPAGANDA DE AUGUSTO: APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DA SÉRIE MONETÁRIA.....	38
3.4.1 DIVI FILIUS.....	38
3.4.2 O IMPERADOR COMO O “LIBERTADOR” DE ROMA E INSTITUIDOR DA PAZ.	39
3.4.3 O IMPERADOR RESTITUI AO POVO SUAS LEIS E SEUS DIREITOS.....	40
3.4.4 O COMEÇO DE UMA “NOVA ERA”.....	41
3.4.5 OS SUCESSORES DE AUGUSTO.....	42
3.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DAS MOEDAS.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFEFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende entender como a imagem pública de Augusto, primeiro imperador de Roma, foi construída e representada na narrativa de sua vida e na iconografia de sua época. Por representação, entendo como sendo a ideia que é transmitida pela fonte, não somente aquela que está inerente ao seu conteúdo, mas também aquela que está implícita nela e que se pode inferir por meio de detalhes como os agentes que as produziram ou o local no qual se encontra. Tendo como objetivo entender a construção e a representação da imagem do *princeps*, sendo esta imagem a representação coletiva do mesmo na mente do público, o trabalho visa analisar alguns recursos de propagação da época (em especial, as *Res Gestae Divi Augusti* e uma série monetária), partindo do conceito de propaganda política, ferramenta importantíssima para todo governante. Como explica Claude Lefort (APUD GONÇALVES, 2001, p.54):

o poder pode ser associado à imagem do príncipe, do governante, do guerreiro, do padre ou do mágico. Em todos os casos, o caráter do poder está ligado ao da obediência, e a própria obediência implica um certo modo de crença. O exercício do poder depende sempre do conflito político e esse último atesta e entretém o conflito de interesses, de crenças e de opiniões na sociedade. Por isso, é importante o governante poder contar com uma ferramenta política como a propaganda, através da qual ele e seu grupo de apoio podem comunicar as informações que lhes interessam e buscar construir um mínimo de consenso mediante o imaginário e a imagética.

O termo propaganda, como é entendido hoje, aparece pela primeira vez em 1622, utilizado pelo Papa Gregório XV na *Sacra Congregatio de Propaganda*, que intencionava, por meio desta, a divulgação de informações, na intenção de formar um consenso. A partir do mundo moderno, a noção de propaganda ficou ligada à formação de um mercado de consumo para o que era fabricado. Nesse sentido, eram propagandeadas as virtudes, assim como mentiras, a respeito dos produtos, com o objetivo de vendê-los, atrelando, deste modo, o termo à sociedade de consumo. Mas, conforme afirma a historiadora Ana Tereza Gonçalves (2001, p.54), pode-se e deve-se usar o termo em outros contextos, desvinculado desta concepção mais moderna. É assim que o aplico neste trabalho ao contexto imperial romano. Concordando com a autora, entendo propaganda como a construção e a difusão sistemática, por meio de diferentes suportes disponíveis, de mensagens destinadas a um público difuso, composto de vários grupos sociais, que visavam criar uma imagem positiva de determinados

fenômenos, assim como do próprio imperador, e estimular certos comportamentos relacionados à adesão dos súditos ao governante. Como afirma Gonçalves (2001, p. 55):

O ato de propagandear, de divulgar uma informação, de fazer uma comunicação, pode conter em si um limite de veracidade, pois trabalha com idealizações e com formação de opiniões. Esta idealização, no entanto, não pode ser exceder aquele limite, pois nenhum governo se mantém muito tempo alicerçado em fatos completamente mentirosos ou deformados. É necessário usar de imaginação e criatividade para transformar a realidade e deixar aparecer somente os fatos positivos a respeito do governante, e ainda usar símbolos para unir a pátria, criar imagens e articular dados para conseguir uma coesão mínima. E isto os antigos romanos souberam fazer muito bem.

Partimos da constatação de que na biografia de Augusto escrita por Suetônio há duas imagens distintas do biografado, caracterizado de início como um homem rude, vingativo e intragável, mas que se reveste pouco a pouco de uma imagem branda e benevolente ao longo de sua ascensão ao poder em Roma. Analisando as *Res Gestae Diui Augusti*, isto é os *Feitos do Divino Augusto* (texto autobiográfico), pretendemos fazer uma reflexão, procurando compreender as razões e os meios pelos quais essa imagem pública do príncipe foi construída e propagada. Num segundo momento, pretendemos compreender como essa imagem foi representada visualmente nas emissões monetárias que visavam propagandear informações do programa de governo do *princeps*, levando em consideração que as moedas circulavam por todo o Império e até mesmo fora das fronteiras romanas, carregadas de imagens e inscrições gravadas em seus aversos e reversos (GONÇALVES, 2001, p. 64). Neste aspecto, partirei da afirmação do historiador Cláudio Umpierre Carlan (2005, p. 74) que acredita que a propaganda em Roma estava intimamente ligada às cunhagens monetárias. Paul Zanker (1992, p. 80) também se refere a Augusto como o primeiro a associar os aspectos artísticos, não apenas das peças, mas também da arquitetura, à propaganda político-ideológica com a função de legitimar seu poder:

Sem dúvida, muitos observavam as moedas atentamente. Diferentemente dos nossos tempos, invadidos por impressões visuais, naquela época as novas imagens se constituíam como sendo algo extraordinário. Neste caso, se difundia também uma multidão de belas imagens novas em metal precioso. As cunhagens eram extraordinariamente numerosas, a tal ponto que, como demonstram as escavações arqueológicas, as moedas circulavam por todo o Império no Ocidente.

Por essa razão, parece-nos que o tema da propaganda política não pode ser discutida apenas a partir das fontes textuais. Nesse sentido, este trabalho se insere nas discussões recentes sobre a necessidade que têm os Historiadores e os Arqueólogos de levarem em

consideração as complexas relações existentes entre textos e artefatos nas sociedades históricas. Muitos autores, sobretudo no âmbito da Arqueologia Histórica, têm enfatizado que a disciplina arqueológica não deve ser vista como mera serva da História e que a cultura material pode não apenas complementar as informações textuais, como também fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se com fontes escritas (FUNARI, 2007, p. 27-28).

Em nossa concepção a maior contribuição advinda desse diálogo reside no fato de permitir ao pesquisador ultrapassar “os quadros estritos da historiografia assentada nas fontes escritas, cujo viés de classe constitui sua própria essência”, uma vez que “a cultura material pode tratar de temas simplesmente ausentes ou ignorados pela documentação” (FUNARI, 2007, p. 29). No caso específico desta pesquisa, nossa análise não apenas se baseia no uso de fontes disponibilizadas pela Arqueologia, como o são uma inscrição gravada em um templo e uma série monetária. Ela também implica um esforço de buscar compreender as informações que podem ser obtidas quando se leva em conta tanto a materialidade dessas fontes como seu contexto arqueológico específico.

Ao analisarmos nossas fontes, procuraremos não apenas acreditar no que diz o documento em questão, mas buscar o que está por trás do que lemos, ler nas entrelinhas, para perceber quais são as intenções e os interesses que explicam a opinião emitida pelo autor (FUNARI, 1993, p. 5). Partimos da concepção, proposta por Funari (2003, p. 27-28), segundo a qual todos os documentos, escritos ou não, devem ser encarados como discursos que possuem, necessariamente, autoria e público e que têm sempre estruturas superficiais e profundas. Nesse sentido, ao analisarmos nossos documentos, procuraremos, em cada caso, compreender a autoria e o público a que se destinavam suas estruturas superficiais, que correspondem à sequência explícita de seus elementos constitutivos, mas também suas estruturas profundas, que se ligam aos interesses e objetivos do autor e do público. Sabemos que a reconstrução desses objetivos e interesses é necessariamente subjetiva, mas é a partir dessa análise que esperamos poder compreender os recursos de propaganda que permitiram a Otávio Augusto construir sua imagem pessoal e consolidar o novo regime.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, procuramos apresentar os debates atuais sobre a dissolução do sistema republicano e a instauração do principado, afim de melhor contextualizar as condições da ascensão política de Otávio e seu governo em Roma. O segundo capítulo consiste em uma análise das *Res Gestae* de Augusto. A partir desse documento, buscamos apreender alguns dos elementos que o imperador utilizou no corpo do texto a fim de construir uma boa imagem de si e de seu governo e também demonstrar como

se é possível pensar este documento como um recurso de propaganda política. No terceiro capítulo, por fim, nosso objetivo é pensar as moedas a partir da concepção de propaganda, demonstrando quais eram as temáticas de que o governante se valeu a fim de propagar e legitimar seu projeto político.

Todas as traduções da obra de Suetônio, *A vida do Divino Augusto*, como das *Res Gestae* de Augusto, são de autoria de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende, concebida em 2007. As inscrições monetárias aqui apresentadas foram preparadas pela autora e revisadas pelo Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira.

1. A ASCENSÃO E O GOVERNO DE OTÁVIO CÉSAR AUGUSTO EM ROMA (44 a.C. – 14 d.C.)

1.1 A dissolução do Sistema Republicano: objeto de debates

Para um dos mais conhecidos oradores romanos, Cícero, a *Res Publica* significava a reunião de um povo sob uma constituição, uma forma de autoridade constituída e um código de leis estabelecido. Ao contrário do que poderíamos pensar atualmente, República não era um regime específico de governo: ela significava, para os romanos, tudo aquilo que é público,

que pode ser o próprio Estado, sua constituição ou interesse comum (COLLARES, 2009, p. 183). A *Res Publica* denotava todos os assuntos e tudo o que dissesse respeito àquela comunidade e, nesse sentido, o governo no sistema republicano deveria preservar os interesses coletivos e garantir a ordem e a liberdade, indo contra o estabelecimento de um governo unipessoal (MENDES; SILVA, 2006, p. 21). Nesse sistema, o Senado, ou conselho de idosos, detinha uma influência muito grande, embora houvesse também a participação das assembleias da plebe e dos soldados na escolha dos magistrados (FUNARI, 2004, p. 85). Como sabemos, a ascensão política de Otávio coloca um basta neste sistema político, dando origem ao sistema Imperial romano, ficando o poder governamental nas mãos de um só homem e não de um conselho, como anteriormente. O processo da dissolução do sistema Republicano é alvo de debates até os dias atuais. Abordaremos brevemente neste subtítulo duas distintas visões históricas que fazem parte deste debate.

Segundo a autora Norma Mendes (& SILVA, 2006, p.22), no que se refere à data específica para o fim do período republicano, historiadores modernos e autores antigos romanos não se mostram em consenso para demonstrá-la. Alguns consideram crucial para o fim deste período a invasão da Itália por Júlio César em 49 a. C. Por outro lado, Tácito considera o fim da República na batalha de Filípico quando Bruto e Cássio são derrotados e mortos por Otávio em 42 a. C. sendo então, neste momento, o último exército republicano vencido. Porém, somente em 31 a. C., após a batalha de Ácio, em que Otávio triunfa sobre Marco Antônio, sobrevém o estabelecimento do governo de um só homem.

Mendes (& SILVA, 2006, p. 22), assim como o historiador Marco Antonio Collares, preferem seguir a ideia concebida por Theodor Mommsen que afirma que o fim da República foi na verdade o resultado de um processo que teve como origem o assassinato dos irmãos Tibério e Caio Graco em 133 e 121 a. C. respectivamente (os irmãos Graco eram favoráveis e reivindicavam a reforma agrária em Roma e por essa causa perderam suas vidas). A autora ressalta que estes acontecimentos trouxeram consigo “[...] todos os elementos que numa relação assimétrica anunciavam o período de desagregação do sistema republicano romano, afetado em sua globalidade pelas grandes inovações produzidas pelo crescimento do Império Romano”. Mendes (& SILVA, 2006, p. 22) afirma que as crises que sucederam os conflitos políticos suscitados pelas tentativas de reforma agrária dos Gracos liberaram junto com elas, todas as forças que caracterizaram o processo de desagregação do sistema republicano, tais como o individualismo X coletivismo. Nesse sentido, para a autora, o que houve a partir da morte dos Gracos foi a impossibilidade de as instituições republicanas preservarem os

interesses da *Res publica* ante os interesses privados sendo isto percebido na desarmonia no seio da elite romana naquele momento:

[...] cujas divergências se manifestavam na luta pelo exercício do poder, sendo caracterizada não como rivalidades políticas e circunstanciais; a formação de coligações políticas entre os círculos de liderança; o uso da violência na vida pública; a prática de ilegalidades constitucionais; a incapacidade do exército cívico diante das necessidades de um exército profissional e permanente e, portanto, o surgimento das bases essenciais para o estabelecimento do poder pessoal.

Mendes remete aos autores antigos Políbio, Salústio, Cícero e Tito Lívio que associam as crises políticas da República à mudança dos costumes e à corrupção dos *mores*. Ela afirma que o termo, *mores* (costumes), para os romanos, englobava a política, a religião, a vida familiar e a moralidade pública e privada e, neste sentido, tais afirmações devem ser entendidas como explicações totalizantes. Neste aspecto, Mendes lembra que alguns historiadores como Andrew Wallace-Hadrill compreendem moralidade como autoridade, entendendo assim que a crise da República foi na verdade uma crise de autoridade, que se deu pela decadência dos *mores*, fazendo com que o Senado fosse forçado a tomar partido nos conflitos políticos, tendo como consequência sua legitimidade de domínio abalada. Os conflitos políticos em curso trouxeram a sensação de decadência moral na sociedade, vista pelos autores romanos como a causa e não a consequência dos conflitos que acabaram por desagregar o regime republicano. Sendo assim abalada a legitimidade do domínio tradicional e levando à ruptura dos modelos de dominação, a instituição do senado, de acordo com o autor Marco Antonio Collares (2010, p. 191): “Perdia, aos olhos de muitos cidadãos romanos, seu status de liderança imparcial, de velar pelos costumes dos ancestrais, base do domínio legítimo tradicional”. Mendes e Collares crêem que é diante da fragilidade do Senado que surgem os líderes carismáticos como Júlio César, partidário do partido popular, adepto do programa de reformas sociais e políticas dos irmãos Gracos. Segundo Mendes, Júlio César lançou as bases de um regime absoluto, por ter consolidado o militarismo, por ter desconsiderado, humilhado, desmembrado e tutelado, de forma transparente, os institutos políticos da República.

Porém, essa interpretação que enfatiza os valores aristocráticos como normativos e os conflitos como decorrência de sua ruptura, sublinhando a passividade da plebe nas mãos dos *nobilitas*, tem sido criticada desde os anos 1980 por muitos autores, a começar por Fergus Millar e sua escola. Millar parte da descrição da constituição romana feita por Políbio como uma constituição mista para sublinhar a centralidade e a importância do povo romano no

quadro constitucional e na vida política de Roma, assim como o caráter democrático da República romana. Segundo Antonio Duplá (2007, p. 190), Millar argumenta que

todos os cargos eran electos por votación en asambleas y los textos reflejan, además, la importancia de las elecciones y el voto popular, no como mera retórica, sino como reconocimiento de un dato y también como reflejo de una ideología pública sobre el tema; en la república final em los *comitia tributa*; en su opinión, el proceso legislativo es un elemento central en la dinámica política tardorrepública y un agente fundamental de cambio, em última instancia el tipo de decisión colectiva más importante en Roma.

Partindo desta perspectiva, Duplá (2007, p. 200-201) acredita que esse processo de derrota da velha classe dirigente e sua substituição é também um processo em que as reivindicações sociais da plebe, antes ignoradas em sua maioria pelos *optimates* (membros do partido oligarca), são atendidas pelos *populares* (líderes políticos-militares favoráveis ao povo) e posteriormente pelo *princeps*. Dessa forma, é possível conceber a ideia de que os membros do povo, a plebe romana, eram de fato atores políticos e que seus atos tiveram relevância efetiva no que se refere ao processo de desintegração do sistema Republicano e à origem do Sistema Imperial. Embora não haja consenso entre os historiadores sobre a natureza da crise da República romana, era importante retrair esse quadro, pois é nesse contexto que devemos entender a ascensão de Otávio Augusto ao poder.

1.2 A ascensão de Otávio Augusto ao poder em Roma

Júlio César é assassinado em 44 a.C. e deixa como seguidores: Marco Antônio, que era cônsul, e Lépido, mestre da cavalaria. Estes, em 43 a.C., formariam um Triunvirato juntamente com Otávio, tornando assim “[...] evidente que a República, tal como havia funcionado até a crise institucional aberta pelos irmãos Graco, jamais poderia ser reconstituída” (SILVA, 2001, p. 30).

Marco Antônio tinha o apoio do exército da Itália e também conquistou a confiança da população. Fez um acordo com os principais assassinos de Júlio César e também com os *optimates*. Achou ter o controle de tudo até surgir Otávio, nomeado em testamento por César como filho adotivo e seu herdeiro legítimo. (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 72).

Otávio voltou da Grécia (Apolônia), onde permanecera por algum tempo para estudar, a fim de reclamar seus direitos de herança. Era 44 a. C. e Otávio tinha apenas 19 anos. Mal recebido por M. Antônio (que via Otávio como uma ameaça), Otávio é apoiado pelos *optimates* e se alia a estes. Em 43 a.C. Marco Antônio se dirige à Gália para assumir um comando provincial e neste momento, em Roma, é difamado publicamente como inimigo público por Cícero, líder dos *optimates*, nas suas chamadas *Filípicas*. (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 72). Cícero convence o Senado a enviar um exército comandado por Otávio e pelos dois cônsules Hírsio e Pansa a combater contra Marco Antônio e vencem a batalha. Os dois cônsules falecem nas batalhas, mas Marco Antônio, fugitivo, havia sido derrotado. Otávio, no comando do exército, exige do Senado o consulado que lhe é negado. Por isso, marcha até Roma e o obtém à força e, desta forma, inicia-se a ascensão política do filho de César em Roma, como relata Suetônio (*Aug.*, XXVI):

Com vinte anos de idade apoderou-se do consulado, aproximando hostilmente da Cidade as legiões e enviando emissários para reclamar o cargo para ele em nome do exército. Como o senado hesitasse, o centurião Cornélio, chefe da embaixada, pondo seu manto de lado, mostrou o cabo da espada e não pestanejou em dizer na cúria: “esta aqui o fará, se vós não o fizerdes”.

Com o apoio do exército da Itália e também da plebe (que fora conquistada por ser o herdeiro de César), Otávio alia-se aos partidários de César apresentando, logo mais, uma frente em comum contra o Senado. Otávio, Lépido e Marco Antônio formam então um Triunvirato (conselho de três membros para a organização do Estado). Em 42 a.C., em meio ao contexto das perseguições aos inimigos políticos pelos triúnviros, Bruto e Cássio, os principais assassinos de César, são derrotados e mortos na Batalha de Filipos, por Otávio e Marco Antônio. (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 73).

O Império Romano é então dividido entre os triúnviros: Otávio recebe a Itália e as províncias ocidentais assim como, ficaria a frente do comando contra Sexto Pompeu na Sicília, enquanto Marco Antônio, tomaria conta das províncias orientais e do comando contra os Partos e, Lépido, administraria a província da África (Norte da África). Em 36 a.C. Lépido, logo após a derrota de Sexto Pompeu, tentou se opor a Otávio e foi então, destituído do cargo de triúnviro e confinado numa cidade do Lácio passando, suas tropas, ao comando de Otávio. (SILVA, 2001, p. 38) Assim, a divisão territorial foi confirmada entre Otávio, com o ocidente, e Marco Antônio, com o oriente. Neste momento, inicia-se a luta pelo poder pessoal entre os dois triúnviros restantes. (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 74).

Em 36 a. C., Otávio elimina a ameaça que era representada por Sexto Pompeu (general de guerra aliado aos *optimates*) enquanto Marco Antônio fracassa contra os Partos. Depois de saquear a Armênia, em 34 a.C., Marco Antônio decide permanecer na Alexandria, junto da rainha egípcia Cleópatra, com quem tinha dois filhos e mantinha um caso amoroso (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 74). A partir de 33 a C., Otávio consolida a sua posição na Itália e, de acordo com o biógrafo dos Césares, Suetônio (*Aug*, XVII), neste momento, o filho adotivo de Júlio César age de forma corajosa decidindo de vez seu futuro político em Roma:

Finalmente rompeu a aliança sempre dúbia e incerta com M. Antônio, mal restabelecida por várias reconciliações, e, para que pudesse melhor provar que ele tinha degenerado dos padrões de comportamento civil, fez abrir e ler em público o testamento que ele deixara em Roma e que também nomeava os filhos de Cleópatra como seus herdeiros. Contudo, depois que foi julgado inimigo público [...]”.

Como se pode perceber, rompendo a aliança com Marco Antônio e, consciente do preconceito dos romanos em relação aos orientais, Otávio aproveita-se da relação de deste com Cleópatra e usa um suposto testamento para difamá-lo na Itália, o que leva seu rival a ser visto como “inimigo público”. Segundo a autora Norma Mendes (& SILVA, 2006, p. 25), Marco Antônio doou possessões romanas no Oriente para Cleópatra e seus filhos e este gesto, era inconcebível para um magistrado romano, pois feria o espírito republicano, afastando-o assim das tradições romanas. Por outro lado, em oposição, Otávio “revelava um esforço de reconciliação com a tradição romana e italiana”. Otávio, com sua campanha de difamação contra Marco Antônio, ganha a opinião pública até que em 31 a. C. o derrota na batalha do Ácio (ficou conhecida assim por ter sido uma batalha naval perto da região do Ácio, na Grécia).

A vitória no Ácio foi crucial para que Otávio conquistasse o poder unipessoal. A partir deste momento ele teria muito trabalho a realizar. Nas palavras de Norma Mendes: “Naturalmente, o ‘partido’ vencedor tinha um programa a realizar: restabelecimento da paz e liberdade, proteção do Estado, dos cidadãos e dos provincianos e manter a dominação do mundo [...] o Principado representou uma conquista tripla: política, temporal e espacial”. (MENDES & SILVA, 2006, p.26)

1.3 A Política do Principado de Augusto

Em uma passagem da biografia de Augusto, escrita por Suetônio (*Aug*, XXVIII), há um trecho em que o biógrafo cita algumas palavras escritas por Otávio, encontradas em um edito em que o chefe de Estado demonstra suas intenções quanto ao comando da *Res publica*: “de tal modo seja-me permitido manter a República sã e salva em suas bases e colher-lhe o fruto procurado, que me digam ser o fundador do melhor regime, e morrendo leve comigo a esperança de que não de permanecer em seus próprios eixos os fundamentos da República que terei estabelecido”. Para Suetônio, o governante foi cumpridor de sua promessa, com toda a sorte de esforços e assim teve razão em jactar-se de ter deixado de mármore a Cidade que encontrou de tijolos.

O restabelecimento da paz permitiu a Otávio empreender a tarefa de reconstruir uma sociedade abalada por vinte anos de guerra civil. De acordo com M. Rostovtzeff (1973, p. 163), os primeiros dois anos que se seguiram, após o término das guerras civis, Otávio se dedicou à aprovação de certas medidas no Estado, levando em consideração que, a partir do momento que derrotou Marco Antônio, se tornou o chefe do Estado romano e seu direito de administrá-lo não sofria contestação.

Otávio recebe o título de *imperator* em 29 a. C. que significava tornar-se comandante das forças armadas. Em 28 a. C., Otávio obtém do Senado o título de *princeps* (primeiro dos cidadãos), sendo que este título lhe dava o monopólio de velar pelos costumes e pelas tradições, antes responsabilidade do Senado (COLLARES, 2009, p. 196). Manteve-se no cargo de cônsul e recebeu várias honras, sendo a principal destas, o título de “Augusto” que o qualificava como alguém de atos de bom augúrio, favoráveis, obtido em 27 a. C. (COLLARES, 2009, p. 199). Foi procônsul e recebeu o cargo de tribuno vitalício, adquirindo assim um caráter sacrossanto, em 32 a. C., o que lhe dava o direito de veto absoluto (SUETÔNIO, *Aug*, XXVII). Em 19 a. C. foi lhe atribuído as insígnias dos cônsules e talvez também todos os seus poderes (CORNELL & MATTHEWS, 1996 p. 74). Segundo Suetônio, assim que Lépido faleceu, assumiu o pontificado máximo, tornando-se, desta forma, o chefe supremo dos cultos religiosos (SUETÔNIO, *Aug*, XXI). Como podemos perceber, Otávio obteve um acúmulo de poderes, possuindo assim o controle legislativo, jurídico, religioso e de costumes dos romanos até tornar-se líder de fato do Império romano. No entanto, o autor Pedro Paulo Funari (2003, p. 65) se refere à natureza do regime de Augusto que, segundo o autor, não deve ser confundido com uma monarquia tradicional, ainda menos absoluta. Ele declara:

Otávio Augusto manteve, na aparência, o regime republicano e, de fato, o estado continuou a chamar-se de *res publica*, mas passou a dominar o

Príncipe do Senado, conhecido também como general do exército (*imperator*, de onde deriva nosso conceito moderno de Império). Um princípio do direito romano, “o que agrada ao Príncipe (= imperador), tem força de lei” (*quod principi placuit legis habet vigorem*) viria a caracterizar, de certa maneira, os limites dos direitos civis romanos, pois o agrado do imperador passava a ser um parâmetro jurídico. Um historiador do mundo antigo muito marcante do século XX, Moses Finley viria a interpretar tal preceito como a prova do poder discricionário do Príncipe. Contudo e de maneira sintomática, seria a partir de Augusto que se consolidaria o direito romano e as prerrogativas da cidadania.

Quanto ao Senado, este não deixou de ter relevância para o Império, como afirma o historiador Collares (2009, p. 201).:

Os senadores ainda eram preferencialmente escolhidos pelo *princeps* para governar uma província, cuidar de algum assunto público ou se candidatar para alguma magistratura. Mesmo que Augusto tenha transformado o senado num dos instrumentos de sua corte, tornando-se o centro de poder em torno do qual gravitavam os demais nobres, isto não significa que o antigo conselho deixou de ter relevância para a República. Não fosse assim, não seriam tratados assuntos nenhum na cúria, desde questões de pouca importância como os distúrbios no teatro, ou de mais impacto social como os casos de assassinato de magistrados ou a construção de vias públicas”

Ainda sobre o Senado, em Suetônio (*Aug*, XXXV) percebemos que Otávio Augusto reduziu o corpo dos senadores de mais de mil homens, para trezentos, dando assim a demonstração de fidelidade aos costumes tradicionais, restringindo o acesso ao senado. Aqueles que foram demitidos, continuavam tendo alguns benefícios, talvez a critério de controle, a fim de se manter a paz, preocupação esta do *princeps* “[...] conservou, até mesmo para os que se afastavam, a insígnia da veste senatorial e o direito de assistirem espetáculos na orquestra e tomarem parte nos banquetes públicos”.

Para um melhor controle da administração do seu governo, Augusto criou organismos governamentais (conselho do príncipe, prefeitos) e, dividiu Roma em regiões, para facilitar o censo e a cobrança de impostos. Quanto às províncias romanas, ele reorganizou a administração delas, e dividiu-as em províncias senatoriais e províncias imperiais, medidas que, sem dúvida, tiveram como resultado o aumento da centralização (SUETÔNIO, *Aug*, XXX e XLVII). O exército se tornou permanente, dando aos soldados direitos que antes não possuíam e, como Augusto queria proteger as fronteiras do Império que eram continuamente ameaçadas, fixou o corpo militar nessas regiões (SUETÔNIO, *Aug*, XLIX).

Mais do que reformas na administração romana, o imperador reformou também a estrutura da cidade romana, trazendo muitos benefícios para toda população. De acordo com

Suetônio, ele garantiu seu poder numa cidade que não correspondia, em absoluto, à glória do Império e, além disso, estava exposta às inundações e aos incêndios.

Em Roma, além de reconstruir edifícios arruinados, ergueu numerosos monumentos públicos dos quais podemos citar o *Forum de Augusto*, o templo de Marte Vingador, o templo de Apolo entre outros. O espaço da cidade foi dividido em regiões e bairros administrados por magistrados, criou-se postos e sentinelas noturnas contra os incêndios e, para evitar inundações, alargou e dragou o leito do Tibre e também pavimentou ruas para um melhor acesso à cidade (SUETÔNIO, *Aug*, XXIX e XXX). O biógrafo também afirma que Augusto distribuiu o trigo mensalmente a cada cidadão romano. Além disso, fazia freqüentes donativos ao povo não se esquecendo nem mesmo das crianças como ressaltou Suetônio em sua biografia (SUETÔNIO, *Aug*, XLI). O princeps também proferiu muitos espetáculos para a plebe e participava de cada um deles (SUETÔNIO, *Aug*, XLIII).

Desde o início, Otávio Augusto se apresentou como um defensor da tradição dos antepassados. Durante seu governo, continuou lutando pela retomada dos costumes dos antepassados, restabelecendo a antiga religião estatal, os padrões morais da família e as formas legalísticas do Governo republicano. Para isso, restabeleceu antigas festas religiosas e práticas de culto que estavam em desuso e tentou controlar a moral pública mediante a aprovação da lei suntuária e do casamento, pela qual combateu o celibato, limitou o tempo para que os casamentos se consumassem e impôs limites aos divórcios (CORNELL & MATTHEWS, 1996, p. 75).

Depois de termos visto de forma sintetizada as reformas promovidas por Augusto em Roma podemos concordar com as palavras de Rostovtzeff (1973, p. 165): “Augusto sabia aprender com o passado, podia estimar as verdadeiras forças do império e compreender a atitude mental de seus contemporâneos”. O princeps, no final de seu governo, estabeleceu um regime forte e eficiente, ganhou a lealdade e o respeito de todas as classes, tanto em Roma como nas províncias, ao ponto de ter recebido o título de *Pater Patriae* (Pai da Pátria), título este que sugeria a mão firme, porém bondosa de um *pater familias* (CORNELL & MATTHEWS, 1996, p. 77).

Como vimos, o imperador César Augusto foi o responsável pela reorganização da estrutura política do Império após as guerras civis. Partindo deste ponto de vista, faremos uma reflexão nos próximos capítulos de algumas formas e elementos utilizados pelo *princeps* para ascensão e legitimação do seu poder político a partir da concepção de propaganda política o qual, Otávio constrói uma imagem pública no decorrer deste processo, conquista o poder unipessoal e torna-se Augusto, o Pai da Pátria.

2. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E A PROPAGANDA IMPERIAL DE AUGUSTO NAS *RES GESTAE*

No último capítulo da biografia de Augusto, escrita por Suetônio, o biógrafo narra que depois da morte do *princeps* Augusto, foram lidos no Senado seu testamento e outros três documentos escritos pelo próprio *princeps*. Desses três, o primeiro continha algumas ordens do falecido em relação ao seu enterro; o segundo fornecia dados que Augusto se preocupou em deixar por escrito em relação a todo o seu Império; e por fim, o terceiro, de acordo com Suetônio, deixava “[...] a relação de seus feitos, que gostaria de ver registrados em placas de bronze afixadas junto a seu mausoléu” (Suetônio, *Aug.* CI). É este o documento que conhecemos como as “Res Gestae Divi Augusti”. Traduzindo para o português, a expressão “Res Gestae” significa os atos, as realizações, as conquistas, ou seja, “Os feitos do Divino Augusto”, e esta será a fonte analisada neste capítulo.

O gênero literário dessa obra, segundo a historiadora Maria Luiza Corassin (2004), é muito discutido até os nossos dias e muitas são as expressões utilizadas para designar essa fonte. Termos como “testamento político”, “relatório de administração”, “epitáfio”, “autobiografia” e “elogio triunfal”, segundo a autora, são alguns dos muitos utilizados pelos pesquisadores. Apesar de não ser o nosso objetivo determinar a natureza do gênero das *Res*

Gestae, julgamos que seja a expressão “autobiografia política” a mais apropriada para denominar esse documento, termo esse usado por John Dominic Crossan e Jonathan L. Reed (2007, p. 75), pois acreditamos que este resume o que constitui a essência deste texto: uma biografia da vida política escrita pelo próprio biografado.

Felizmente, para os pesquisadores atuais deste período (fins do século I a. C.- inícios do século I d. C), o desejo de Augusto foi atendido, sendo o documento exposto em Roma junto ao seu mausoléu, da maneira como ansiava, sob a forma de inscrição em placas de bronze. Entretanto, deste exemplar nada restou para os nossos dias. Os pesquisadores tiveram acesso a essa fonte primária apenas quando foram encontradas as primeiras cópias desta inscrição, em lugares diferenciados no interior do vasto Império romano. A primeira cópia foi encontrada no século XVI, e está localizada em Ancira, Ásia Menor (atual Ancara), num lugar conhecido como Monumentum Ancyranum. Nessa inscrição, apresenta-se tanto o texto em latim quanto em grego e a confirmação de que realmente trata-se de uma cópia, está no título do texto latino: *in duabus aeneis pilis quae sunt Romae positae* – “que estão em Roma, colocadas em duas placas cor de cobre”. Este texto em Ancira encontra-se nas paredes do templo dedicado à deusa Roma e Augusto. Outras cópias também foram encontradas em Apolônia e em Antioquia com fragmentos do texto em latim. No entanto, somente com a inscrição encontrada em Ancira é que foi possível reconstituir o texto das *Res Gestae* por inteiro, com precisão, principalmente pelas lacunas dos textos grego e latino que não coincidiam, embora, para isso, também fosse útil consultar os demais fragmentos do documento encontrados nas outras cidades (CORASSIN, 2004, p. 151).

O que faz esse documento ser de extrema importância para os estudos sobre o contexto de Augusto está no fato de se tratar de um texto escrito pelo próprio Imperador, algo que nos proporciona um contato direto com esse governante que demonstra neste escrito a imagem ideal de sua pessoa e também de seu governo que gostaria de transmitir e que ficasse para a posteridade. Jean Gagé, como lembra Corassin (2004, p. 185), afirmava que as *Res Gestae* são “um registro apologético destinado a perpetuar uma imagem ideal de Augusto e sua obra [...]. A história que elas escrevem é aquela que o autor desejava impor à posteridade”. Porém, mais do que apenas ver essa obra como um registro da forma como Augusto gostaria de ser visto, ou seja, pensar a “imagem” de si mesmo que o Imperador constrói em sua vida política e que deixa evidenciado neste documento, como faz a autora citada, acreditamos que as *Res Gestae* são também uma fonte para a compreensão da “propaganda” imperial realizada por Augusto e por seus sucessores, como abordarei no decorrer deste capítulo. Outro fator que faz com que essa fonte seja imprescindível, é que se trata da única fonte oficial escrita que restou do

período de Augusto que relata com tanta riqueza de informações o que foi seu governo. O mais próximo disso temos somente o texto de Suetônio, escrito um século após a morte de Augusto.

É importante ressaltar que a análise das *Res Gestae* não pode se restringir ao seu conteúdo textual. Além de decifrar as intencionalidades do autor, é preciso também levar em consideração o texto em seu contexto de apresentação, uma vez que se tratava de uma inscrição exposta tanto em Roma como em diversas outras províncias para que todos, das mais diversas classes sociais, pudessem ter contato com tal escrito.

O texto das *Res Gestae* publicado em Ancira encontra-se gravado em paredes, sob a forma de duas grandes inscrições, uma grega e outra latina. Segundo Alison E. Cooley (2009, p.3), a versão latina localiza-se no interior do templo de Roma e Augusto e está dividida em duas partes, cada uma gravada em três colunas de 1, 17 metro de largura. Cada coluna contém de 43 a 54 linhas de texto, sendo o título gravado acima do corpo do texto, nas três primeiras colunas, em letras maiores. O texto grego, no entanto, foi gravado na parte externa do templo, possuindo uma dimensão em tamanho muito maior que a versão latina, contemplando 20,5 metros de largura em seu total. A tradução grega foi exposta em uma única parede e foi composta de 17 colunas, sendo cada uma de 95 cm de largura com 20 a 25 linhas de texto.

Tendo em vista esses aspectos, podemos supor que o texto grego é gravado em dimensão maior e está localizada ao sul, onde a visibilidade é muito melhor, com o objetivo de ser possível um maior contato da inscrição parietal com a população local, principalmente por estar na faixa externa do templo, visível a qualquer pessoa que por ali passasse. O fato de ter sido esculpido em grego, língua de comunicação universal nesta região, era também primordial, pois possibilitava a leitura e o entendimento do mesmo por um grande número de pessoas. Sobre esse “entendimento” do documento gravado, é válido ressaltar o que declaram Ana Teresa Marques Gonçalves (In: OMENA, 2009, p.10) sobre o acesso das classes subalternas à cultura escrita:

[a capacidade de ler, escrever e contar não dependia, necessariamente, de uma formação escolar, pois existiam, por exemplo, os *circuladores*, os organizadores de círculos de ouvintes ao redor de um organizador, cuja função consistia em cantar ou ler poesias, trechos de livros, atuando como leitor dramático. Os membros dos setores mais pobres da população não estavam, assim, condenados ao analfabetismo nem à ignorância [...].

Ainda neste aspecto, Pedro Paulo Funari (2001) afirma que no mundo romano havia diversos níveis e gradações de instrução e que a educação não se restringia apenas à elite: “O

aprendizado destes *humiles* não passava pelos mesmos trâmites, diferenciava-se da erudição escolar, mas não deixava de permitir que, por meio também da escrita, esses populares pudessem participar ativamente da vida social, toda ela dependente das letras”. Essa afirmação nos dá respaldo para acreditar que a exposição dessa inscrição imperial não era em vão, pois a população tinha recursos para saber do que se tratava seu conteúdo e, até mesmo formular opiniões a respeito.

O fato de as *Res Gestae* terem sido expostas não apenas no mausoléu de Augusto, como é declarado por Suetônio, mas também nos templos espalhados por todo o Império, nas províncias, deve ser levado em consideração. Como sabemos, esses templos romanos eram locais de culto ao Imperador e à Roma divinizada. Daí a importância e até mesmo o caráter sagrado que esse escrito, exposto no interior e no exterior de um templo, como em Ancira, podia ter para a população. Além de seu caráter religioso, o monumento em si, a construção, tinha um valor significativo, pois eram prédios muito imponentes que se destacavam na paisagem urbana. Segundo Crossan e Reed, o templo de Roma e Augusto em Ancira começou a ser construído ainda no governo de Augusto e foi terminado sob Tibério, em 20 d. C. ; foi feito de mármore (caríssimo material) e era o monumento mais visível da cidade por seu tamanho significativo. O templo em Antioquia da Pisídia foi construído no ponto mais alto da cidade e podia ser visto de longe (CROSSAN; REED, 2007, p. 188, 190). Devemos também ressaltar que o templo, principalmente nas províncias, era além de tudo um local de afirmação do poder do Imperador (ZANKER, 1992, p. 345).

Maria Luiza Corassin (2004) comenta que na obra de Augusto, a *respublica* e o *populus Romanus* são mencionados como os destinatários finais de toda a atividade do governante, mas que é o próprio Augusto quem se destaca em todo o texto. Neste aspecto, Corassin, concordando com Gagé (2004, p. 184), acredita que o texto é destinado mesmo à plebe de Roma devido ao destaque que lhe é dado no decorrer do texto, como se pode ver nas muitas distribuições de trigo, dinheiro ou os espetáculos oferecidos aos plebeus pelo Imperador. Esse ponto de vista, em nossa opinião, deve ser problematizado, pois quando pensamos nos locais em que a inscrição foi encontrada, como abordei anteriormente, percebemos que não se trata apenas da plebe de Roma, mas também dos provinciais, dos conquistados, e tanto dos pobres como dos ricos. A plebe pode, enfim, ser um dos destinatários, mas não é o único. Gagé e Corassin fizeram uma reflexão partindo apenas do “texto” das *Res Gestae*, mas outras interpretações são possíveis quando compreendemos essa fonte como uma “inscrição” inserida em um local e contexto particular.

Como podemos perceber no final do último parágrafo das *Res Gestae* (35), Augusto declara que escreveu esse documento quando tinha 76 anos de idade, o que pode remeter ao ano de 13 d.C., pouco antes de falecer em 14 d.C. Corassin, entretanto, acredita que isso seja difícil de ter acontecido. Para a autora, Augusto não teria aguardado uma idade tão avançada para redigir essa obra de uma única vez. Ao contrário, deve ter trabalhado nela muitas vezes “com adições sucessivas a partir de um esboço inicial, na elaboração de um documento ao qual sem dúvida dava grande importância. Não deve ter sido a obra improvisada de extrema velhice de Augusto, mas um trabalho refletido de sua maturidade” (CORASSIN, 2004, p. 183).

O texto é constituído de um título, que serve como uma pequena introdução ao documento, de 35 parágrafos ou capítulos e, ao final do texto, de mais 4 fragmentos de um apêndice, que sintetizam todo o documento.

Do capítulo 1 ao 14, Augusto enumera os títulos e cargos conferidos a ele pelo Senado e pelo povo romano, além dos serviços pelos quais ele foi agraciado na sua carreira e dos inúmeros cargos e privilégios que recusou. Do capítulo 15 ao 24, o Imperador relata as despesas em favor do Estado e do povo, as doações aos soldados e à plebe, os espetáculos que ofereceu ao povo, as obras públicas que realizou. O texto tem o cuidado de salientar que foram feitas algumas doações à custa do próprio Augusto. Do capítulo 25 ao 33, Augusto descreve seus feitos militares e de como estabeleceu alianças com outras nações durante o seu reinado. Do capítulo 34 ao 35 ressalta a aprovação por parte do Senado e do povo em relação ao seu governo, suas ações e seus dois títulos recebidos: “Augusto” e “Pai da Pátria”.

Para fazer a análise das *Res Gestae*, partiremos da concepção de propaganda política, pois entendemos que esta inscrição é uma obra de propaganda concebida pelo imperador. Neste aspecto, Ana Teresa M. Gonçalves (2001, p.66), fazendo referência a Claude Lefort, comenta que:

[...] o poder pode ser associado à imagem do príncipe, do governante [...] Em todos os casos, o caráter do poder está ligado ao da obediência, e a própria obediência implica um certo modo de crença. O exercício do poder depende sempre do conflito político e esse último atesta e entretém o conflito de interesses, de crenças e de opiniões na sociedade. Por isso, é importante o governante poder contar com uma ferramenta política como a propaganda, através da qual ele e seu grupo de apoio podem comunicar as informações que lhes interessam e buscar construir um mínimo de consenso mediante o imaginário e a imagética.

Essa hipótese de uma construção deliberada de uma imagem pública de Augusto com

fins propagandísticos é reforçada pelo que nos diz Suetônio em sua biografia do ‘Divino Augusto’”. Suetônio representa a trajetória de Augusto a partir de duas imagens públicas bastante distintas. A primeira imagem se refere ao jovem Otávio até sua vitória sobre Marco Antônio, quando ainda era apenas um dos generais em disputa na guerra civil que se seguiu ao assassinato de César. Até então, Otávio é caracterizado como “um homem rude”, o único dos partidários de César, segundo Suetônio, que “lutou fortemente para que não se poupasse a ninguém” e que “proscreeu, além de seu próprio tutor C. Torânio, até mesmo um colega de seu pai, Otávio [...]” (SUETÔNIO, *Vida do Divino Augusto*, XXVII).

Ao jovem Otávio, Suetônio (*Vida do Divino Augusto*, XXVII) também atribui outros atos de crueldade, como os praticados durante seu triunvirato:

Certa vez , enquanto discursava junto aos soldados, tendo-se permitido a aproximação de um grupo de civis, notou que Pinário, um cavaleiro romano, anotava algo e, persuadido de que fosse um bisbilhoteiro ou espião, mandou o trespassassem em sua presença; aterrorizou com tamanhas ameaças a Tédio Afro [...]; suspeitou que o pretor Q. Gálio, conservando durante a homenagem da saudação um par de tabuinhas ocultas pela veste, ocultasse um punhal. [...] pouco depois, submeteu à tortura o homem [...]. Como ele nada confessasse, mandou que o matassem, tendo-lhe primeiramente arrancado os olhos usando suas mãos.

Como é visível nesses dois fragmentos da obra de Suetônio, podemos observar que a primeira imagem de Otávio era bastante violenta, caracterizada com adjetivos como “excitado de ódio”, “cruel”, “alguém que não quis poupar ninguém”. No entanto, no decorrer da biografia, Suetônio pouco a pouco indica uma transformação da personalidade do biografado, que, desde a vitória em Ácio, é dotado de uma segunda imagem, completamente distinta da primeira. Otávio, agora chamado de Augusto, passa a ser tido como um soberano brando e clemente, como relata Suetônio: “Há numerosas provas claras de sua clemência e afabilidade.” (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, L); “Por tais méritos, é fácil estimar até que ponto foi amado.” (SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, LVII)

Para ascender ao poder em Roma, Otávio sabia e compreendia que devia construir uma boa imagem, como qualquer homem público que pleiteava um cargo de importância. Tradicionalmente, essa imagem poderia ser fundamentada no prestígio pessoal, na reputação política ou na experiência militar. Porém, nesse aspecto, Otávio se encontrava em uma situação um tanto quanto desfavorável, pois, como indica Paulo F. Alberto (2004, p.4):

No campo da vida pública, Octaviano não tinha qualquer experiência, estatuto ou prestígio: era, de resto, muito jovem para tal. E apesar das

pretensões literárias, ele não gozara tão pouco de qualquer experiência forense. Além disso, a sua figura era, no mínimo, segundo Suetônio, fraquíssima: de baixa estatura, de constituição débil, de saúde frágil (ficaram célebres as suas doenças sucessivas e persistentes), não se podia impor pelo porte nem pelos seus dotes de orador e condutor de multidões. No plano militar, também não se distinguiu particularmente. Na batalha do primeiro dia em Filipos, que ele passou doente no acampamento, terá fugido antes de este ser tomado por Bruto, como até Mecenas e Agripa, os seus dois mais fiéis companheiros, confessavam (se bem que tivesse feito constar que saíra por ter sido avisado num sonho pelo seu médico favorito); em Áccio, ficou em terra; em certa ocasião durante a guerra na Sicília contra Sexto Pompeio, Octaviano terá adormecido profundamente mesmo quando a batalha estava a começar, de tal forma que os companheiros tiveram de o acordar para iniciar o confronto, o que forneceu abundante matéria de chacota à propaganda dos adversários políticos. Tudo ao contrário, por exemplo, do seu mais importante rival, Marco Antônio.

Nesse sentido, Otávio teve de construir uma imagem pública de uma maneira distinta da tradicional por não possuir os atributos “normais” que se esperava de um líder. Também devemos colocar em pauta o contexto vivenciado por Otávio em seus primeiros anos de luta pelo poder em Roma. Naquele período, como já foi mencionado no capítulo anterior, o cenário político era confuso, em meio a uma guerra civil que perdurava por anos e a uma população desacreditada. O temor geral da emergência de um líder tirano também era fator de preocupação para o jovem Otávio. Disso tudo se segue que a configuração de uma boa imagem, que passasse confiança para seus contemporâneos, era sem dúvida algo muito importante para assegurar a legitimidade de seu poder. Nesse sentido, as *Res Gestae* tornam-se uma fonte primordial de análise, se queremos compreender como essa imagem foi construída e propagada.

O texto das *Res Gestae* inicia-se com uma narrativa em primeira pessoa pela qual Augusto relata as condições de sua ascensão ao poder e de sua vitória sobre seu inimigo pessoal, que apesar de não ser jamais mencionado nominalmente, sabemos tratar-se de Marco Antônio:

Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restituí à liberdade a república oprimida pelo domínio de uma facção. Por isso, o senado admitiu-me à sua ordem com decretos honoríficos, ao mesmo tempo cedendo-me, no consulado de C. Pansa e A. Hírsio, a prerrogativa de sentenciar, a mesma dos cônsules, e entregou-me o poder. Ordenou ainda que, sendo eu pró-pretor, juntamente com os cônsules providenciasse para que a república não sofresse qualquer desgaste. O povo, no mesmo ano, fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúnviro com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar. (*Res Gestae*, I)

Nesse parágrafo podemos perceber dois aspectos importantíssimos para uma boa imagem de Otávio. O primeiro se refere à rivalidade com Marco Antônio, que nem mesmo foi digno de ter seu nome citado pelo autor por considerá-lo não apenas seu inimigo mas também inimigo de Roma. Em oposição a seu adversário, Augusto se apresenta aqui como um libertador. O segundo aspecto se refere à forma com que Otávio se inicia na carreira política. Ele a apresenta como um esforço pessoal em benefício de todos e não apenas de uma facção, o que lhe garante a gratidão do senado que, por conseguinte, lhe “dá” o poder. Sabemos que isso deve ser problematizado já que na verdade Otávio percorre uma trajetória de batalhas até permanecer como único *imperator* sobrevivente das guerras civis, como já foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Nesse mesmo aspecto outro fragmento, do capítulo XXIV das *Res Gestae*, merece atenção:

Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de “Augusto” por decreto do senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro foi posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso do dever. Depois disso, vi-me a frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder tive a mais que meus outros colegas também investidos de cargos.

Nessa passagem, Otávio se refere ao o dia em que devolveu ao senado e ao povo o poder que lhe havia sido concedido até o término da guerra civil, num ato que se apresenta como uma demonstração de dever cumprido e sem interesses políticos. No entanto, podemos nos questionar se depois de tantos desgastes físicos, emocionais e materiais, depois de ter reunido um exército para si e pago por ele, depois de ter conseguido se ascender na carreira política em nome de seu falecido pai adotivo e ter se destacado, será que Otávio Augusto devolveria o poder se não estivesse consciente de que este não seria aceito? Afinal, ele sabia muito bem da enorme satisfação do povo e do senado pelo fim da guerra civil e tinha plena convicção do que isso significava para todos naquele momento. Nesse sentido, Paul Zanker (1992, p. 115-116) analisa que no ano de 29 a. C., todo o poder se concentrava nas mãos de Otávio e ele deveria então indicar como continuaria. Ou seja, como ele havia preservado o

Estado da extinção, ele deveria agora demonstrar como iria restabelecê-lo. O autor nota que ninguém naquele momento poderia imaginar que o vencedor devolveria o poder aos senadores mas, a situação era muito mais complexa: tratava-se de encontrar formas para que este regime centrado no poder do príncipe fosse aceita principalmente pela nobreza. Portanto, o que houve, na perspectiva de Zanker, foi uma “jogada” política.

É válido também ressaltarmos desse último fragmento das *Res Gestae* como o título “Augusto” é enaltecido. Este título, *Augustus*, foi a maior homenagem recebida por Otávio. Paul Zanker (1992, p. 124) lembra que este título tinha um amplo campo semântico que dava ao homenageado adjetivos como ser “nobre”, “venerado” e “sagrado”. O termo estava associado à palavra *augere*, que significava aumentar, engrandecer. Nesse sentido, a imagem a respeito deste jovem governante que então ascende ao poder em Roma se configura com um novo aspecto: “El nombre fue una elección genial; ya durante la restitución del Estado, creaba em torno a *Augustus* un aura de personalidad única y sublime [...]”. É óbvio que Otávio Augusto desejava ser lembrado com tais características, mesmo após sua morte, e, para isso, nada mais sutil do que enfatizar esse título, neste documento tão importante.

Ao longo dos trinta e cinco capítulos das *Res Gestae*, Augusto enfatiza o fato de ter sido o primeiro e o único a realizar diversas ações em favor de Roma e do povo romano. É assim que ele diz ter reunido um público tão numeroso em um comício que “jamais” havia sido visto no capítulo X. No capítulo XI, afirma que por decisão do senado foi mandada a seu encontro na Campânia uma honra que a ninguém exceto a ele teria sido decretada. No capítulo XVI declara que liberou dinheiro aos municípios pelas terras destinadas aos soldados e enfatiza que o primeiro e único a fazer isso; no XXXI assegura que lhe foram mandadas embaixadas dos reis da Índia “jamais antes vistas perante chefe romano algum”. Nesse sentido, podemos entender essas menções como um esforço por parte de Augusto em realçar a diferença positiva que seu governo significou para Roma e para os romanos, o que sem dúvida contribuiria para uma boa imagem sua como Imperador.

Na análise do documento é possível notar o quanto Augusto fez questão de enfatizar o fato de ter sido aceito de forma generalizada, como um governante legítimo tanto pelo povo como pelo senado: isso é possível de ser notado no já citado capítulo X, quando declara que reuniu um número tão numeroso de pessoas como se jamais havia ocorrido; também quando relata as inúmeras honras que lhe foram prestadas tanto pelo povo como pelo senado, sendo algumas destas, como já me referi, jamais prestadas a qualquer pessoa, e os votos que foram feitos por sua saúde decretado pelo senado (IX, X, XI, XII, XIV), e principalmente quando declara que: “A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-

me comandante da guerra que venci no Ácio.” (XXV)

O que o torna merecedor desta aceitação “generalizada” pode ser percebido por vários fatores os quais são esclarecidos no decorrer do texto: além de vencer Marco Antônio que ameaçava a liberdade da República, ele é o herdeiro legítimo de Júlio César e punidor de seus assassinos (I e II); de forma geral é condescendente com os povos anexados ao Império (XXI, XXXII, XXXIII); dá à plebe muitas doações, o “pão” e os espetáculos o que indica por meio do documento, uma preocupação do imperador para com o povo romano, ajudando-o inclusive em momentos de crise (XV, XVIII, XXII, XXIII); transformou Roma em um canteiro de obras (XIX, XX, XXI); dá o exemplo a ser imitado nos parâmetros ancestrais que reintroduziu durante seu governo (VIII); e trouxe a tão sonhada paz para Roma comprovada pelo templo de Jano Quirino que foi fechado por três vezes em seu principado (XIII). O conteúdo textual das *Res Gestae* parecem, portanto, sugerir um interesse do próprio Augusto em fazer uma propaganda de suas ações, divulgando uma imagem construída do “bom governante” para legitimar seu poder como algo que lhe foi “dado” por seus méritos e por sua dedicação para com Roma e o povo romano.

Porém, se analisarmos as *Res Gestae* como uma inscrição em seu contexto de origem, podemos formular algumas hipóteses. Como já o dissemos anteriormente, depois dos 35 capítulos escritos por Augusto, há 4 fragmentos que formam um apêndice e que sintetizam todo o conteúdo encontrado no corpo do texto. Esses fragmentos, assim como o título que se encontra em destaque na inscrição, são escritos em 3ª pessoa, o que nos leva a pensar que não foram escritos por Augusto. Segundo os estudos arqueológicos, a inscrição encontrada em Ancira é datada da época de Tibério, enteado e sucessor de Augusto, e é provável que tenha sido esse imperador o responsável por mandar que fosse exposta tal inscrição em todos os templos de Roma e Augusto no Império (CROSSAN; REED, 2007, p. 189). Nesse sentido, devemos nos questionar qual a finalidade de Tibério em distribuir essa inscrição em todos os templos de Roma e Augusto, locais de afirmação do poder do Imperador.

Tibério com certeza, assim como o próprio Augusto e qualquer outro governante, tinha um projeto político pessoal de afirmação e legitimação do poder, mas deve-se ressaltar que, além disso, também tinha a preocupação de um projeto de sucessão imperial, preocupação esta que foi compartilhada por Augusto que por ironia do destino, não teve nenhum filho homem e seus dois netos morreram. Na verdade Augusto não teve outra opção a não ser apresentar Tibério, seu enteado, como seu sucessor. É por isso que a exposição das *Res Gestae* foi um item fundamental de propaganda imperial utilizado por Tibério para que esse objetivo fosse contemplado e legitimado, já que pela primeira vez um imperador romano

teve de ser sucedido, atingindo as mais diversas classes sociais. Podemos imaginar o impacto visual e ideológico que foi para a população ter esse escrito esculpido no templo. Talvez tenha sido concebido como um presente, ou como uma carta do falecido imperador ao povo, como declaram Crossan e Reed (2007, p. 171). Esse projeto de sucessão tem respaldo nas próprias *Res Gestae* quando Augusto enfatiza por duas vezes o nome de Tibério (XXVII- XXX) como um excelente general, autor de várias conquistas territoriais, o que parece demonstrar uma preocupação do próprio Augusto em aplainar o caminho para sua sucessão.

Podemos sugerir também que Tibério objetivava com a exposição das *Res Gestae* propagar a imagem que Augusto construiu e expôs de sua pessoa e de seu governo ao longo do documento, pois assim estaria divulgando a “imagem do governante ideal”, ou seja, uma “imagem modelo”. Dessa forma, mais do que a imagem de um indivíduo, estava sendo criada uma imagem institucional, o que dava às *Res Gestae* um caráter de guia para que os sucessores de Augusto pudessem seguir, legitimando o regime do principado e afirmando a dinastia familiar que Augusto deixou estabelecida quando nomeou Tibério, seu enteado, como seu sucessor.

3. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM E PROPAGANDA IMPERIAL DE AUGUSTO NAS

SÉRIES MONETÁRIAS .

3.1 A moeda como fonte para os estudos históricos.

Ao contrário dos textos da tradição manuscrita, que chegaram até nós apenas a partir de cópias, as moedas pertencem àquela categoria de fontes que remetem diretamente ao contexto do qual se originou. Por terem sido feitas com um material resistente (como o ouro, a prata ou o cobre), as moedas, mesmo as mais antigas (como é o caso da moeda descoberta emitida há mais de 2500 anos pelo rei Cresos, da Lídia), desde que não sejam fundidas novamente, conservam-se bem ao longo do tempo. Graças a essas condições de preservação e aos dados importantíssimos que elas nos revelam sobre a economia, a história, a política, a arte e a religião, as moedas podem ser consideradas uma das fontes primárias mais importantes para o estudo do mundo antigo. Neste aspecto, a Numismática que é uma ciência que tem nas moedas e medalhas a base para os estudos, tem se tornado fundamental para os estudos históricos. O autor Alain J. Costilhes (1985, p. 11), afirma que a Numismática nada mais é que:

Uma ciência ligada à arqueologia e à história; na maioria das escavações arqueológicas são encontradas moedas que, pela sua identificação, permitem datar moedas pouco legíveis. O historiador encontra nas moedas o testemunho concreto de fatos históricos e às vezes mesmo a revelação de acontecimentos desconhecidos pela ausência de outros documentos da época.

Neste trabalho, em alguns momentos, será usado o vocabulário numismático que basicamente se resume ao “anverso” da moeda, que é o local onde fica localizada a figura principal acompanhada de uma *legenda*, vulgarmente conhecido como *cara* da moeda. Também, a borda da moeda é denominada como *inchaço*. E, na outra face, no *reverso* da moeda, popularmente conhecido como *coroa*, encontramos *símbolos*, e em alguns casos uma outra legenda, além do *exergo*, constituído por marcas monetárias que indicam o local da cunhagem (CARLAN, 2005, p. 74).

3.2 Da origem da moeda até o seu uso pelos romanos

De acordo com Alain J. Costilhes (1985, p. 14), antes de a moeda ter sido inventada,

era muito utilizada a prática da troca direta de mercadorias. Com o passar do tempo, quando as negociações entre os povos começaram a se tornar mais “desenvolvidas”, certas mercadorias passaram a efetuar um papel de moeda de troca, como o sal por exemplo. O museu de Londres possui em sua coletânea vários “pesos” utilizados pela civilização babilônica (dois mil anos a.C.) em suas transações comerciais, objetos estes de bronze ou pedra com pesos que variam de poucas gramas até 15 kg. Na China, no final do terceiro milênio a.C., circularam moedas que foram fundidas sob a forma de enxadas e continham inscrições. Estas, segundo Costilhes, seriam as primeiras “moedas” metálicas de que se tem notícia.

A moeda no formato em que a conhecemos, ou seja, o disco de metal, só surgiu na Lídia (atual Turquia) no século VII a. C., representando assim, para o comércio local, valores mais facilmente divisíveis e logo, inclusive, passaram a receber uma impressão a mando de uma autoridade, que inspirava confiança e garantia o peso daquela moeda. Os gregos elaboraram essa invenção dos lídios ao imprimem imagens também no anverso das moedas, com desenhos que se constituíam principalmente de cenas de animais variados. No contexto políade, cada uma das cidades gregas passou a cunhar sua própria moeda gravando seu símbolo em particular (COSTILHES, 1985, p. 15-16). De acordo com a pesquisadora Maria B. Florenzano e colegas (2009, p. 31):

[...] o mundo grego até a dominação pelos macedônicos, no final do século IV a. C., estava dividido em mais de mil pequenos estados independentes, as *poleis*, algumas muito pequenas e pouco influentes no mundo grego como um todo, mas outras maiores e poderosas, como Atenas e Siracusa. Para todas essas *poleis*, emitir moeda era um meio de demonstrar poder econômico. A *pólis* que podia emitir moedas mostrava ter acesso às jazidas de metal precioso e poder manter atividades que implicavam o uso da moeda, tais como o comércio, a execução de obras públicas, a arrecadação de impostos e guerra. Mas, ao mesmo tempo, a emissão de moedas demonstrava a autonomia de uma *pólis*, sua independência política, seu *status* entre as demais *poleis*. [...] Assim, a imagem monetária escolhida por uma *pólis* devia transmitir mensagens que remetesse ao poder que esta *pólis* detinha e à sua posição no conjunto das *poleis* que formavam o mundo grego.

Quanto às imagens monetárias das moedas gregas, Florenzano, Vianna e Castro (2009, p. 31), ressaltam também que elas foram muito importantes naquele momento principalmente porque a maior parte da população grega antiga era de analfabetos, mesmo que a escrita já fosse muito conhecida e usada naquele contexto. Neste aspecto, a iconografia monetária era algo impactante para a população, tornando este objeto, a moeda, um

instrumento transmissor de informação e ideias, dando então ao monetário um papel importantíssimo para fins políticos.

Em Roma as primeiras moedas foram cunhadas em torno do ano 300 a. C., quando os romanos começaram a se expandir em direção ao Sul da Península. Como sua força era caracterizado de um exército de cidadãos e também de mercenários, havia a necessidade de uma forma mais ágil no pagamento desses soldados para o que a cunhagem de moedas se tornou algo imprescindível. De acordo com Florenzano (et. Al. 2009, p. 46), no decorrer do século III a. C., Roma realizou uma série de experimentos monetários em que adaptou metais e padrões de pesos até introduzir o denário de prata em 211 a. C., iniciando assim um sistema monetário próprio. As moedas romanas eram tão semelhantes às dos gregos que alguns pesquisadores acreditam que provavelmente os romanos teriam contratado os mesmos artesãos que fabricavam as moedas gregas. A partir da Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.), porém, elas passaram cada vez mais a ter uma “cara própria, seguindo uma imagética cuidadosamente escolhida que reflete o formato do poder constituído na República Romana”.

Segundo Florenzano e outros (2009, p. 46), no período republicano, a incumbência de bater moedas em Roma era dos *triumviri monetales*. Estes alardeavam, por meio da iconografia das moedas que batiam sob sua responsabilidade, as glórias e os feitos de seus ancestrais familiares, o que era um elemento fortíssimo da religiosidade romana. Nesse sentido, podemos inferir que desde então, já havia um certo aparato de propaganda nas moedas romanas, se se leva em consideração o fato de que ser *triumvir monetalis* significava ter um cargo que marcava o início da carreira política (*cursus honorum*), mostrando assim, por meio das moedas o poder de sua família e seu status na sociedade. Quando Otaviano torna-se imperador, em 27 a. C.:

[...] a cunhagem de moedas já era uma prática consolidada que atendia tanto uma necessidade corriqueira de realização de pagamentos, sobretudo de soldados, quanto a uma função de comunicadora de mensagens sobre o poder instituído.

Como o *princeps* de Roma, Otávio deu origem a uma reforma monetária estrutural que permaneceu por pelo menos dois séculos com ajustes mínimos. De acordo com Florenzano e outros (2009, p. 48), esta reforma constituiu-se de um sistema unitário romano que tinha elementos de origens diversas. Os autores relatam que nesta reforma Augusto:

Regulamentou a escolha dos metais monetários, a relação e a proporção entre estes e os valores intrínseco e fiduciário das peças. Em termos de

imagética, valendo-se da tradição helenística de representação do retrato dos fundadores de dinastias, instaurou a prática da representação da cabeça do imperador no anverso.

Além destas mudanças no sistema monetário romano, Augusto também estabeleceu que a cunhagem das moedas em ouro e prata seria atribuída exclusivamente ao *princeps* e as moedas em bronze seriam de privilégio do Senado (moedas marcadas com SC- *senatus consulto*). Além do *as* e de sua fração principal o *quadrans*, Augusto também introduz o *sestércio* e o *dupondio*, sendo todas estas denominações de moedas de bronze (o *dupondio* equivalia a dois *asses* e o *sestércio* a quatro, sendo este o mais usado e popular do Império neste contexto). De acordo com Florenzano e colegas, no início de seu reinado, Augusto ainda matinha a prática de ter três ou quatro magistrados responsáveis pelas oficinas monetárias de Roma. Porém, com o passar do tempo e expansão do Império essa responsabilidade recaiu para outros oficiais escolhidos pelo imperador, pelo Senado ou pelos governadores das províncias.

No transcorrer dos dois primeiros séculos da era cristã muitos ajustes foram aos poucos sendo realizados no modelo estabelecido por Augusto de cunhagem monetária. O Império se estendia cada vez mais e com isso o soldo dos exércitos romanos aumentava. O pagamento aos soldados que era realizada por meio das moedas fazia com que estas eram postas em circulação e com isso, houve a multiplicação de oficinas monetárias. Neste aspecto, segundo Florenzano, Vianna e Castro (2009, p. 50):

O controle das emissões passou a não depender mais de oficiais instalados em Roma junto a uma oficina cunhadora central, mas sim de generais em campanha que supervisionavam o trabalho dos artesãos, os quais instalavam oficinas itinerantes junto ao exército, e de governadores de província que contratavam artesãos ou mantinham oficinas locais para esta finalidade [...] Mesmo que todas essas moedas fossem cunhadas sob a autoridade do imperador ou do Senado romano, elas tinham traços locais próprios [...] Tudo para atender as necessidades da circulação local.

O historiador Paul Zanker (1992, p. 78), referindo-se à cunhagem monetária da época de Augusto, afirma que nunca antes em Roma haviam sido cunhadas moedas tão bonitas. Elas se diferenciavam da época republicana principalmente por não serem tão “carregadas” e de difícil leitura. Eram moedas esteticamente mais belas e que chamavam ainda mais a atenção por serem mais claras e simples sendo compreendidas inclusive sem comentário algum: “En este caso se ponía conscientemente la estética al servicio de la política”.

3.3 Iconografia monetária e propaganda imperial

Ainda que, como vimos no capítulo anterior, não se possa minimizar a difusão da cultura escrita na sociedade romana, não há dúvida de que as imagens desempenhavam um papel fundamental, sobretudo por atingir até mesmo aquelas parcelas da população excluídas do letramento. Como afirma Claudio Umpierre Carlan (2005, p. 74), esse também é o caso da iconografia monetária:

A perfeição dos detalhes nos mostra a importância e o cuidado do artesão em confeccionar essas imagens. Pois, num mundo onde não existiam meios de informação comparáveis aos nossos, onde o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população, a moeda é um objeto palpável, objeto que abre todas as portas e proporciona bem estar. Nela pode-se contemplar a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum*, *Restitutio Orbis*, *Victoria* e *Pax Augusta*...são slogans, propaganda.

Nesse sentido, as informações e as ideias determinadas por aqueles que ordenavam a cunhagem e que eram colocadas no conteúdo das imagens e inscrições das moedas romanas chegavam à população de uma forma direta e eficaz. Florenzano e colegas (2009, p. 53) afirmam que:

Os agentes envolvidos na produção de moedas conheciam bem os mecanismos que transformavam esses pequenos objetos metálicos em elementos importantes da propaganda política e, por isso, faziam o máximo para bem aproveitá-los.

Os imperadores, principais agentes do poder romano, tratavam de potencializar o espaço de que dispunham nas moedas para, através das imagens, reforçar a sua autoridade, divulgando suas conquistas militares, suas virtudes e as maneiras que haviam encontrado de beneficiar a população [...] os modos como haviam chegado ao poder, as virtudes de sua ascendência e de sua família, registrando e reforçando a legitimidade de sua autoridade.

Partindo dessas considerações e de que ao mandar cunhar moedas a autoridade responsável expõe em seu conteúdo iconográfico informações e ideias, demonstrando uma intencionalidade de caráter político e ideológico, o objetivo do restante deste capítulo é fazer uma reflexão sobre alguns dos elementos que Otaviano Augusto usou para construir sua imagem política e fazer propaganda tanto de sua pessoa como de seu governo nas moedas cunhadas em sua época. Para tanto, faremos uma análise de conteúdo de uma pequena série monetária, dedicando uma atenção particular a suas conotações tanto estéticas como

históricas. Essa série é constituída de cinco moedas romanas de diferentes momentos da carreira política de Augusto: da sua ascensão até os anos próximos de sua morte. A metodologia para esta análise tem como base o trabalho de Claudio Umpierre Carlan, que concebeu uma pesquisa a respeito das moedas de Constâncio II conservadas no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Segundo essa metodologia, é primeiramente estabelecido um catálogo das moedas em formato de fichas que apresentamos em anexo. Nelas assinalamos o período e local em que as moedas foram cunhadas, descrevemos o conteúdo iconográfico do anverso e reverso, e, na medida do possível, decodificamos os símbolos presentes.

A ordem da análise está de acordo com os números da fichas em anexo com suas respectivas moedas. Estas estão organizadas cronologicamente, na medida do possível, já que algumas não possuem uma datação satisfatória.

3.4 Alguns aspectos da propaganda de Augusto: aplicação do método de análise de conteúdo da série monetária

3.4.1 Divi Filius

As palavras em latim *Divi F[ilius]* são encontradas em praticamente todas as moedas desta série. A única exceção se refere à moeda de número quatro em nosso catálogo. Nesse sentido, podemos inferir como essa denominação foi importante na propaganda política de Otávio Augusto. A moeda n. 1, cunhada entre 40 e 38 a.C., deixa esse aspecto ainda mais evidente do que todas as outras pois nela apresenta-se em seu anverso o busto de Otávio nomeando-se como DIVI FILIVS (filho do divino) e no reverso o busto de Júlio César coroado (não é possível identificar que tipo de coroa usa), denominado DIVOS IVLIVS (Divino Júlio). A moeda passa a impressão de uma profunda relação entre pai e filho e legitima o filho como seu sucessor legítimo. A inscrição “DIVOS” provavelmente causava um impacto ainda mais forte, pois afirmava tratar-se de um deus romano e Otávio era o filho deste deus ou seja, tinha uma origem divina, algo que o destacava em relação a seu rival, Marco Antônio, que nessa mesma época também procurava legitimar-se como possível sucessor de César, mas afirmando sua condição de general (*imperator*) e companheiro de batalhas do ditador assassinado.

Depois da morte de Júlio César (44 a.C.), como já relatamos no primeiro capítulo, iniciou-se uma luta pelo poder em Roma na qual Otávio e Marco Antônio foram os

protagonistas. Essa luta durou treze anos e nesse contexto, como afirma Zanker, tanto a iconografia, como as edificações desempenharam um papel importante para ambos os lados. Após a morte de seu tio, Otávio, aos dezenove anos, consciente de que César o havia adotado como filho e feito dele em seu testamento seu principal herdeiro, decide reivindicar também a posse da herança política de seu pai adotivo. Para tanto, a única e verdadeira base política que tinha a seu favor era o nome de César. Nesse sentido, o primeiro passo que devia tomar era tornar viva a memória de seu tio/pai e servir-se disso a seu favor. Após a deificação de Júlio César, confirmada por um sinal milagroso (um cometa que apareceu por sete dias enquanto ocorriam os *Ludi Victoriae Caesaris*, jogos em homenagem a César), em 42 a.C., Otávio oficializa o culto estatal a César e, desde então, propaga este acontecimento inclusive nas cunhagens monetárias, demonstrando ser ele o legítimo sucessor de Júlio César (ZANKER, 1992, p. 54). É válido ressaltar que a moeda que aqui analisamos é uma peça feita em bronze, o que nos dá base para supor que foi uma moeda de circulação bastante alta, na medida em que servia como troco, e que também circulou entre as camadas mais populares do Império, indicando assim a repercussão desta ideia concebida por Otávio.

3.4.2 O Imperador como o “libertador” de Roma e instituidor da paz.

No anverso da moeda de número de ordem 02, aparece o busto do imperador laureado e a inscrição *IMP(erator) CAESAR DIVI F(ilius) CO(n)S(ule) VI LIBERTATIS P(opuli) R(omani) VINDEX*, que podemos traduzir como: “O imperador (ou general) César, filho do Divino, cônsul pela sexta vez, vingador da liberdade do povo romano”.

A moeda foi cunhada em 28 a. C. em Éfeso, ou seja, pouco tempo depois de Otávio ter vencido Marco Antônio na batalha do Áccio em 31 a. C. Nesta moeda podemos ver como Augusto, décadas antes de escrever sua autobiografia, transmite a mesma ideia veiculada nas *Res Gestae*, de ter livrado Roma de uma facção tirânica e restaurado a liberdade dos romanos, após a derrota de Marco Antônio.

No reverso da moeda, apresenta-se a deusa Pax no centro, segurando um bastão envolvido por duas pequenas serpentes, acompanhada da inscrição *PAX*, talvez para que realmente não houvesse dúvidas para aqueles que observassem a moeda. Atrás da deusa podemos observar uma espécie de cesto, de onde saem outras duas serpentes. Envolvendo este conjunto, nas bordas da moeda, identificamos uma coroa de louro. Este reverso, como se vê, é carregado de simbologias que podemos decodificar com o auxílio de um dicionário de símbolos. A deusa Pax, na Antiguidade, era a personificação da “paz”. O bastão que a deusa

segura e que está rodeado de serpentes é o *caduceu*, representava a anunciação de uma intermediação pacífica. A coroa de louros era uma coroa triunfal, símbolo de vitória e da imortalidade. O louro para os romanos era emblema da glória. Quanto às serpentes do cesto, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada, mas, segundo Chevalier (2001, p.821), em Roma o símbolo do gênio ou espírito-guardião era uma serpente. Mas também não podemos esquecer que surgiu uma história enquanto Otávio ainda rivalizava com Marco Antônio, de que sua mãe havia sido visitada por Apolo personificado em serpente, e que de sua relação com o deus teria concebido Otávio (ZANKER, 1992, p. 74). Podemos então sugerir que a imagem da serpente fosse referência a esse comentário apropriado por Otávio. Nesse sentido, a deusa representa a “paz” garantida por Otávio, fruto de sua vitória das guerras civis, possibilitando assim a paz em Roma. Assim, a ideia é demonstrar que Otávio é autor da “liberdade” romana, e como um general (*imperator*) vitorioso, que sua vitória possibilitou a paz para todos.

3.4.3 O Imperador restitui ao povo suas leis e seus direitos

Na moeda de número de ordem três podemos observar no anverso o busto do Imperador laureado juntamente com a inscrição *IMP(erator) CAESAR DIVI F(ilius) CO(n)S(ule) VI* que podemos traduzir como “O imperador (ou general) César, filho do Divino, cônsul pela sexta vez”. No reverso, podemos observar o mesmo Otávio visto de corpo inteiro, com a *toga* romana, sentado supostamente na *sella curulis* e segurando algo que não podemos identificar com total certeza pela definição da imagem que temos da moeda, mas que se parece muito com um *uolumen* ou rolo de papiro. A inscrição diz *LEGES ET IVRA P(ropuli) R(omani) RESTITVIT*, que traduzimos como: “Restituiu as leis e os direitos do povo romano”.

O significado de o imperador estar laureado, como já comentamos anteriormente no item 3.4.2, é referência à vitória e à glória do imperador. De acordo com Zanker (1992, p. 197), “a toga chegou a ser uma espécie de vestimenta de Estado para todos os romanos, assim como também um símbolo de rectas convicciones mediante el cual el sujeto que la vistiera debía recordar su rango em ocasiones señaladas”. Augusto então institucionalizou a vestimenta da *toga* como símbolo dos ancestrais e também, como símbolo da identidade romana. Todos os cidadãos romanos deveriam usar a toga e para isso o imperador dá o exemplo como vemos na iconografia desta moeda. Zanker afirma que o fato de o imperador fazer uso da *toga* era como se ele demonstrasse uma identificação com a tradição dos antigos e também uma promessa de respeito à *res publica*.

A *sella curulis* era uma cadeira de Estado por isso simbolizava o “poder” daqueles que o exerciam. As leis e os direitos do povo descritos na inscrição provavelmente estão representados por aquilo que o imperador segura em uma das mãos, destacando este objeto e levantando-o levemente.

Toda essa iconografia passa a ideia de que, com a conquista do poder unipessoal após a vitória no Ácio, representado pela *sella curulis*, o imperador, que já é cônsul pela sexta vez, está garantindo ao povo romano ter suas leis e seus direitos preservados, “restituindo-os” a Roma. Essa peça nada mais é do que uma celebração dessa restituição, que é, na verdade, uma conquista para Augusto e seus contemporâneos.

Esta peça é um áureo, uma moeda de ouro, e por isso podemos inferir que não circulou entre todas as classes sociais do Império, sobretudo as mais pobres. Porém, temos indícios de que algumas moedas eram reproduzidas tanto na versão *áureo* como em outras versões, no *denário*, por exemplo, como o caso da moeda de número cinco que analisaremos a seguir e que tinha uma circulação maior por seu valor monetário.

3.4.4 O começo de uma “nova era”

A moeda de número de ordem 04 foi cunhada em 27 a.C., ano em que o Imperador César recebe o título de *princeps* e é nomeado “Augusto”, título importantíssimo, como já foi referido no capítulo 2, carregado de significações boas para aquele que o recebe.

No anverso da moeda visualizamos o busto do imperador, não coroado, com uma expressão facial mais séria, mais “madura”, do que as moedas de tempos anteriores, acompanhado da inscrição *IMP (erator) CAESAR*, “Imperador César”. No reverso uma esfinge (cabeça de mulher, corpo de leão e asas) ocupa a iconografia da moeda. A esfinge é acompanhada da inscrição *AVGVSTVS*, “Augusto”.

Como é possível perceber, a nomeação *Divi Filius* não aparece mais junto ao busto do imperador. O destaque agora é para o nome/título “Augusto”, que chegava a dar ao imperador um caráter sagrado para sua própria pessoa, o que era mais um fator de legitimação de seu poder unipessoal. Daí a importância de que isso fosse propagado. A imagem da esfinge unida ao título dá um impacto ainda maior ao conjunto. Segundo Zanker (1992, p. 315), a partir dos anos trinta a. C., a esfinge se transformou em um símbolo de “esperança”. Nesse sentido, ao ser apropriada por Augusto como sinal de esperança para o futuro, ela anunciava o começo de uma nova era. É claro que as expectativas seriam as melhores possíveis: paz, prosperidade, etc., e ele, enquanto “Augusto”, propiciaria isso aos romanos.

3.4.5 Os sucessores de Augusto

A moeda de número de ordem 05 possui em seu anverso o busto do Imperador laureado, sua face é jovial, algo que deve ser levado em consideração, pois em se tratando de uma cunhagem do ano 2 a. C., e tendo em vista que Augusto nasceu em 63 a. C., ele tinha 65 anos nessa data. Juntamente com o busto há a inscrição: (*Caesar Au*) *GVSTVS*, “César Augusto”, na frente da cabeça e *DIVI F (ilius) PATER (patriae)*, “Filho do divino, pai da pátria”, atrás. No reverso identificamos dois homens em pé, togados, sendo que os dois estão segurando um escudo e uma lança. Acima de suas cabeças é possível visualizar dois símbolos: um *simpulum* e um *lituus*. A inscrição diz *AVGVSTI F (ili) COS (ules) DESIG (nati) PRINC (ipes) IVVENT (utis)*, “Os filhos de Augusto, côsules designados e príncipes da juventude”, e abaixo da imagem dos dois homens, *C (aius) L (ucius) CAESARES*, “Os Césares Caio e Lúcio”.

A face “atemporal” de Augusto, de acordo com Zanker, foi muito usada naquele período e representava a imagem do governante como sendo “eternamente jovem”. Devemos ressaltar que as moedas circulavam por todo o Império, incluindo então lugares em que o imperador jamais foi visto em pessoa, tornando assim a iconografia do período o único recurso obtido para que as pessoas tivessem contato com o aspecto físico de seu governante e dando, neste caso, às estátuas e ao monetário um papel fundamental desta representação.

Nesta moeda é possível identificar outro título importantíssimo obtido por Augusto: *PATER PATRIAE*, “Pai da Pátria”. Este título era conferido pelo Senado ao imperador e era símbolo de uma grande honra prestada a este governante. Por Augusto, o título *Pater Patriae* foi obtido em 2 a. C., ano em que foi cunhada a peça em análise. Isso nos mostra que o imperador teve a preocupação em divulgar este título logo de imediato, não como um sinal de legitimação de poder, já que neste momento seu poder já estava concretizado, mas sim zelando pela sua boa imagem em relação aos súditos, o que um título como esse causaria impacto.

No entanto, é na imagem do reverso desta peça monetária que se pode identificar a intencionalidade principal da propaganda do imperador. Deparamo-nos com a imagem de dois rapazes, Caio e Lúcio Césares. A inscrição deixa clarividente quem são essas pessoas: “Filhos” de Augusto, são côsules designados e Príncipes da Juventude. Sabemos que Caio e Lúcio não eram “filhos” e sim “netos” de Augusto, filhos de Júlia. Augusto, para sua infelicidade, não teve nenhum filho homem em seus dois casamentos. De acordo com Zanker

(1992, p. 255), na medida em que o tempo passava e ia se tornando mais velho, a questão de quem iria substituí-lo após sua morte o preocupava cada vez mais, pois Augusto queria que a sucessão no principado fosse de sua linhagem. Assim, nesse contexto, preocupação do Príncipe era tratar de manter intacto seu estilo e, ao mesmo tempo, não deixar qualquer dúvida de que seu sucessor deveria ser necessariamente eleito entre os membros da família dos Júlios. Para isso, como não teve nenhum filho homem, lançou mão de seus netos como candidatos legítimos para a sucessão. A peça que estamos analisando é um exemplo marcante de como Augusto trabalhava para que houvesse esse reconhecimento de seus netos como seus substitutos no governo e constitui, por isso, de nosso ponto de vista, um aparato de propaganda ideológica para que esse objetivo fosse respeitado no futuro.

O título *Princeps iuuentutis* em tempos mais antigos era dado àquele que era o chefe da Ordem Equestre romana. Porém, no período de Augusto, Zanker (1992, p. 259) afirma que apesar de ter sido concedido a Caio e Lúcio pela ordem dos cavaleiros, politicamente não significava nada concreto. No entanto, com o passar dos anos, começou a ter um significado de “aquele que é herdeiro do príncipe”. O escudo e a lança que os dois rapazes seguram na imagem, seriam os sinais honoríficos que lhes haviam concedido os cavaleiros. Em seu dicionário de símbolos, Chevalier (2001, p. 367) afirma que a lança no mundo greco-romano era oferecida aos combatentes, oficiais ou soldados como recompensa, porém esta não tinha ponta, pois, apesar de ser honorífica, não conferia àquele que nenhuma autoridade pública, nenhum comando. Em relação ao escudo infelizmente em nossos estudos não conseguimos identificar o significado simbólico que fazia referência a este período em questão.

Os símbolos que avistamos acima das cabeças dos netos de Augusto, o *simpulum* e o *lituus*, de acordo com Zanker (1992, p. 259) eram sinais dos colégios sacerdotais dos quais cada um pertencia. No caso de Caio, que era vinculado ao *pontifex* (agente responsável pelos sacrifícios) se fazia referência o *simpulum* (um pequeno vaso ou panela com uma longa alça, usado em sacrifícios para fazer libações e para provar os vinhos e outras bebidas, que foram derramadas sobre a cabeça das vítimas) e Lúcio, que era relacionado ao colégio dos áugures (responsáveis pela leitura dos presságios) se faz referência o símbolo *lituus* (instrumento utilizado pelo áugure para a leitura das entranhas de um animal, por exemplo).

3.5 Considerações acerca da análise das moedas

Mediante a análise de conteúdo que realizamos nesta série de cinco moedas,

concluimos que a temática presente nas cunhagens monetárias do período de ascensão e poderio de César Augusto é bastante diversa. Percebemos que em seu início de carreira (moeda 1), enquanto rivaliza com Marco Antônio pela conquista do governo romano, sua preocupação se volta à memória de Júlio César, ressaltando então ser filho deste “divinizado” e seu herdeiro legítimo. Após derrotar seu rival em 31 a.C., mudam-se os aspectos simbólicos representados, sendo estes agora sinalizadores de um futuro próspero para os romanos (moeda 4), com seus direitos e leis restituídos (moeda 3) e a paz vigorando (moeda 2). Tudo isso como um aparato de propaganda, construindo uma boa imagem e afirmando, assim como também legitimando, o poder deste governante de poder unipessoal.

A moeda de número 5 traz uma temática totalmente distinta das demais. Nela a preocupação de Augusto em deixar estabelecido quem o sucederia é evidente e a propaganda que identificamos visa realçar os netos de Augusto como seus herdeiros legítimos e únicos com direito à sucessão no principado.

Como podemos perceber as moedas que analisamos configuram mensagens do imperador para seus súditos. Elas continham símbolos que deveriam ser decodificados por aqueles que as visualizassem para que então pudessem compreender a informação projetada pelo emissor. Quanto às peças que analisamos, podemos afirmar serem de iconografia bastante clara e com símbolos que muito provavelmente faziam parte do cotidiano das pessoas, sendo então de fácil leitura para qualquer um que atentasse para elas. Nesse sentido, em nosso entendimento, o estudo das moedas antigas tem uma importância primordial para que se possa fazer uma reflexão sobre as interações políticas entre o governante e os governados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da hipótese de que houve uma construção deliberada por parte de Otávio Augusto de uma imagem pública de si com fins propagandísticos. Nesse sentido, buscamos compreender, a partir da análise textual, iconográfica e material das *Res Gestae* e de uma série monetária, como esta imagem foi construída e propagada. Como vimos, Augusto, em sua autobiografia, se apresentava como “libertador” de Roma em oposição a seu rival Marco Antônio e se referia à forma com que havia iniciado a carreira política como um esforço pessoal em benefício de todos e não apenas em favor de uma facção, o que lhe havia garantido a gratidão do senado e o poder que lhe foi outorgado. Otávio também se refere ao o dia em que devolveu ao senado e ao povo o poder que lhe havia sido concedido até o término da guerra civil, num ato que se apresenta como uma demonstração de dever cumprido e sem interesses políticos. O título “Augusto” é enaltecido sendo este a maior homenagem recebida por Otávio. Percebemos que Augusto enfatiza o fato de ter sido o primeiro e o único a realizar diversas ações em favor de Roma e do povo romano. Nesse sentido, podemos entender essas menções como um esforço por parte de Augusto em realçar a diferença positiva que seu governo significou para Roma e para os romanos, o que sem dúvida contribuiria para uma boa imagem sua como Imperador. Também foi possível notar o quanto Augusto fez questão de enfatizar o fato de ter sido aceito de forma generalizada, como um governante legítimo tanto pelo povo como pelo senado.

Ao investigarmos, porém, as *Res Gestae* em seu contexto de origem vimos que mais do que ser apenas um texto escrito por Augusto, este é também uma inscrição mandada gravar no mausoléu de Augusto e nos templos de Roma e Augusto espalhados por todo o Império, inclusive nas províncias romanas. Partindo disso, consideramos que outras interpretações

acerca deste documento são possíveis quando compreendemos esta “inscrição” inserida em um local e um contexto particular. Assim, conforme estudos arqueológicos que confirmam que a inscrição encontrada em Ancira é datada da época de Tibério, enteado e sucessor de Augusto, provável responsável pelas inscrições distribuídas no Império, consideramos que Tibério com certeza, assim como o próprio Augusto e qualquer outro governante, tinha um projeto político pessoal de afirmação e legitimação do poder e, além disso, também tinha a preocupação de um projeto de sucessão imperial, preocupação esta que foi compartilhada por Augusto. Podemos sugerir também que Tibério objetivava com a exposição das *Res Gestae* propagar a imagem que Augusto construiu e expôs de sua pessoa e de seu governo ao longo do documento, pois assim estaria divulgando a “imagem do governante ideal”, criando uma “imagem institucional”, o que dava às *Res Gestae* um caráter de guia para que os sucessores de Augusto pudessem seguir, legitimando o regime do principado e afirmando a dinastia familiar que Augusto deixou estabelecida quando nomeou Tibério, seu enteado, como seu sucessor.

A mesma constatação pôde ser feita a partir da análise de uma série monetária. Vimos que quando Otávio tornou-se imperador de Roma a cunhagem de moedas já era uma prática consolidada que atendia à função de pagamentos como também de comunicadora de mensagens. Porém, como *princeps* de Roma, Otávio deu início a uma reforma monetária estrutural e é nesse período que se iniciam as modificações nas iconografias das moedas, deixando-as mais bonitas do nunca, sendo estas concebidas com imagens claras e simples.

Como podemos perceber, as moedas que analisamos configuram mensagens do imperador para seus súditos. Elas continham símbolos que deveriam ser decodificados por aqueles que as visualizassem para que então pudessem compreender a informação projetada pelo emissor. Quanto às peças que analisamos, podemos afirmar serem de iconografia bastante clara e com símbolos que muito provavelmente faziam parte do cotidiano das pessoas, sendo então de fácil leitura para qualquer um que atentasse para elas.

Na análise da série monetária, concluímos que a temática presente nas cunhagens monetárias do período de ascensão e poderio de César Augusto é bastante diversa. Percebemos que em seu início de carreira, enquanto rivalizava com Marco Antônio pela conquista do governo romano, sua preocupação se voltava à memória de Júlio César, ressaltando então ser filho deste “divinizado” e seu herdeiro legítimo. Após derrotar seu rival em 31 a.C., mudam-se os aspectos simbólicos representados, sendo estes agora sinalizadores de um futuro próspero para os romanos, com seus direitos e leis restituídos e a paz vigorando. Tudo isso como um aparato de propaganda, construindo uma boa imagem e afirmando, assim como também legitimando, o poder deste governante de poder unipessoal. Também notamos a temática que demonstra a preocupação de Augusto em deixar estabelecido quem o sucederia

sendo enfatizada a propaganda que visa realçar os netos de Augusto como seus herdeiros legítimos e únicos com direito à sucessão no principado.

A partir desta dupla abordagem, podemos constatar que foi primordial o uso das fontes materiais para que pudéssemos fazer uma reflexão sobre as interações políticas entre o governante e os governados. Isso ficou ainda mais claro quando não nos restringimos a analisar as *Res Gestae* em sua constituição textual, mas buscamos concebê-la em seu contexto de origem, voltando nossa atenção para o autor, o público ao qual se destinava e para os locais onde foram gravadas.

Ressaltamos, no entanto, que a partir desta pesquisa abrem-se diversas outras possibilidades de análise que poderiam ser concretizadas em outros estudos, como na análise de uma série monetária muito maior do que esta realizada ou outras possíveis perspectivas em relação à propaganda e difusão das *Res Gestae*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES ESCRITAS:

AUGUSTO e SUETÔNIO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Tradução de Mateus Trevisan, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AUTORES MODERNOS:

ALBERTO, P. F. *O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação da Cidade*. Ágora: Estudos Clássicos em Debate, Aveiro (Portugal), 2004. v. 6, p. 27-50. Disponível em: <www2.dlc.ua.pt/classicos/arapacis.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2010.

BURKE, P. *História e teoria social*. Tradução DE Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

CARLAN, Cláudio U. *Arte monetária romana: reflexos de uma propaganda*. I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE. São Paulo: IFCH / UNICAMP, 2005. Disponível em: <www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2004/CARLAN,%20Cláudio%20Umpierre%20-%20IEHA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa Silva; Raul de Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COLLARES, M. A. C. *A legitimidade do poder político de Otávio Augusto ao início do Principado*. Revista Alétheia: Estudos sobre Antigüidade e Medievo, 2010. v. 4, n. 1, p. 20-38. Disponível em:

<http://revistaale.dominiotemporario.com/doc/COLLARES,_Marcos_Antonio>

[_Correa de.pdf](#)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

COLLARES, Marco Antonio C. A política sob César Augusto: continuidades e rupturas. IN: CERQUEIRA, Fábio Vergara; SELVATICI, Mônica.(org.) *Religião e poder, do mundo antigo ao moderno : ensaios acadêmicos*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2009.

CORASSIN, M. L. *Comentário sobre as Res Gestae Diui Augusti*. Revista de História da USP, São Paulo, 2004. v. 151, p. 181-199, Disponível em:

http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/151/RH_151_Maria_Luiza_Corassin.pdf>.

Acesso em: 10 ago. 2010.

CORNELL, T; MATTHEWS, J. *Roma, Legado de um Império*. Tradução de Maria Emilia Vidigal. Madri: Edições del prado, 1996. vol I

COSTILHES, Alain J. *O que é numismática?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

COOLEY, Alison E. *Res Gestae Divi Augusti: Text, Translation, and Commentary*. Cambridge University Press. Disponível em:

http://assets.cambridge.org/97805218/41528/excerpt/9780521841528_excerpt.pdf>. Acesso em 3 out. 2011.

CROSSAN, John D., REED, Jonathan L. *Em Busca de Paulo*. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Paulinas, 2007.

DUPLÁ, Antonio. *Interpretaciones de la crisis tardorrepública; del conflicto social a la articulación del consenso*. Stud. História, História Antiga. Ediciones Universidad de Salamanca. 2007. p. 185-201.

FLORENZANO, Maria B.; VIANNA, Salvador T. W.; CASTRO, Mauricio B. *Faces da Moeda*. São Paulo: Editora Olhares, 2009.

FUNARI, Pedro P. A. *Algumas contribuições da arqueologia para o conhecimento da instrução no mundo romano*. Publicado em *Phaos*: IEL-UNICAMP, 1, 2001. p. 105-114. Disponível em:

www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arg_hist_estrat/contribuicoes.htm>. Acesso em 7 jul. 2011.

_____. *Antiguidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.

_____. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. A cidadania entre os romanos. In: PINSKI, J.; PINSKY, C.B.(org). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Roma: vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, 1993.

FUNARI, Pedro P. A., CARLAN, Claudio. *Arqueologia Clássica e Numismática*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2007.

GONÇALVES, A T. M. Prefácio. OMENA, Luciane Munhoz. *Pequenos Poderes na Roma Imperial*. Vitória: Flor & cultura, 2009.

_____. *Poder e propaganda no período Severiano: A construção da imagem imperial*. Revista Politeia: História e Sociologia, Vitória da Conquista – BA, 2001. v. 1, n. 1, p. 53-68. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/135/147>>. Acesso em: 1 out. 2010.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. 11ª ed. Campinas/SP: Papyrus, 2006.

MONTANELLI, I. *História de Roma*. São Paulo: IBRASA, 1961.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SILVA, Gilvan Ventura da. *Política, Ideologia e arte poética em Roma: Horácio e a criação do principado*. Revista Politéia: 2001. v. 1, n. 1, Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/134/146>>. Acesso em: 5 mar. 2011.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano. Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imágenes*. Tradução de Pablo Diener. Madri: Alianza Editorial, 1992.

The Coinage of Julius Caesar: <www.humanities.mq.edu.au/acans/caesar/Home.htm>

The British Museum: Augustus Caesar, Roman emperor:
<www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/s/silver_cistophorus_of_augustus.aspx>

ANEXOS

ANEXO 1

Identificação da moeda:

Número de ordem: 01

Denominação:

Ano / Local: cunhada aproximadamente de 38 a.C. a 40 a. C. na Itália.

Anverso e reverso:**Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:**

Anverso: DIVI F(ILII) CAESAR.

Reverso: DIVOS IVLIVS

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto de Otaviano;

Reverso: César coroado.

Observações:

Peça em bronze, em bom estado de conservação. A iconografia dessa peça deixava viva a memória do falecido Júlio César.

Retirada de:

The Coinage of Julius Caesar:< www.humanities.mq.edu.au/acans/caesar/Home.htm>. ZANKER, 1992: 58

ANEXO 2

Identificação da moeda:

Número de ordem: 02

Ano / Local: cunhada em 28 a.C. em Éfeso

Anverso e reverso:



Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: IMP(erator) CAESAR DIVI F(ilius) CO(n)S(ule) VI LIBERTATIS P(opuli) R(omani) VINDEX

Reverso: PAX

Descrição e decodificação da iconografia:

Busto do imperador no anverso e deusa Pax no reverso celebrando o restabelecimento da paz após as guerras civis.

Observações:

Moeda de prata de Otaviano, diâmetro de 27 mm e peso: 11,760g.

Retirada de:

The British Museum: Augustus Caesar, Roman emperor:
<www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/s/silver_cistophorus_of_augus>

tus.aspx>.

ANEXO 3

Identificação da moeda:

Número de ordem: 03

Ano / Local: cunhada em 28 a. C. na Ásia Menor.

Anverso e reverso:



Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: IMP(erator) CAESAR DIVI F(ilius) CO(n)S(ule) VI

Reverso: LEGES ET IVRA P(opuli) R(omani) RESTITVIT

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto de Otaviano laureado;

Reverso: Otaviano togado, sentado na *sella curulis*, levantando com a mão direita um objeto.

A iconografia Celebrava a restituição 'ao Povo Romano de suas leis e de seus direitos'.

Observações:

Peça em ouro, estado de conservação bem conservada, diâmetro: 18 mm. Peso de 7,95g.

Retirada de:

The British Museum: Augustus Caesar, Roman emperor:

<www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/s/silver_cistophorus_of_augus

tus.aspx>.

ANEXO 4

Identificação da moeda:

Número de ordem: 04

Ano / Local: cunhada em 27 a. C. em Pérgamo.

Anverso e reverso:



Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: IMP CAESAR

Reverso: AVGVSTVS

Descrição e decodificação da iconografia:

Busto Otávio no anverso e esfinge no reverso.

Observações:

Moeda de prata. Diâmetro: 27mm. Peso: 12g.

Retirada de:

The British Museum: Augustus Caesar, Roman emperor:

<www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/s/silver_aureus_of_augustus.aspx>. ZANKER, 1992:70

ANEXO 5

Identificação da moeda:

Número de ordem: 05

Ano / Local: cunhada em 2 a.C. em Lugdunum.

Anverso e reverso:



Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE

Reverso: AVGVSTI F CO DESIG PRINC IVVENT

Descrição e decodificação da iconografia:

Busto do imperador Augusto laureado no anverso e no reverso Caius e Lucius, netos de Augusto, filhos de Julia e Marco Agripa, togados, em pé com uma lança e escudo. Esta foi cunhada para celebrar a designação dos netos de Augusto como seus sucessores.

Observações:

Denário e áureo de Augusto. Denário com 3, 2 g.

Retirada de:

The British Museum: Augustus Caesar, Roman emperor:

<www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/s/silver_cistophorus_of_augustus.aspx>. ZANKER, 1992: 259